

“REFLEXÕES SOBRE O IMPERIALISMO: A INCORPORAÇÃO DO BRASIL AO CAPITALISMO INTERNACIONAL”

Ariovaldo Umbelino de Oliveira *

“O Imperialismo é o capitalismo naquela etapa de desenvolvimento em que se estabelece a dominação dos monopólios e do capital financeiro; em que tem adquirido marcada importância a exportações de capitais; em que começa a divisão do mundo entre os trustes internacionais; em que está terminada a divisão do planeta entre as maiores potências capitalistas”. (LENIN)

“A questão agora é saber se é possível desenvolver uma Geografia (“Radical”) que pudesse ser útil na luta contra o imperialismo” (STEEN FOLKE)

Todos sabemos, que o papel decisivo no desenrolar dos acontecimentos que envolvem a economia brasileira em sua fase recente e atual, prende-se à sua dominação no contexto do capitalismo monopolista. Esta dominação se faz pelo comando dos centros financeiros INTERNACIONAIS, os velhos trustes, hoje conhecidos por multinacionais. Ou por outras palavras, é o imperialismo a grande marca desta etapa do capitalismo.

Dessa forma, devemos necessariamente começar por uma breve recapitulação, ainda que, de há muito conhecida, porém esquecida por “conveniência”, da evolução econômica e financeira da conjuntura econômica capitalista internacional no pós segunda guerra mundial.

1.1 — O BRASIL NA ETAPA MONOPOLÍSTICA DO MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO.

O período do pós segunda guerra mundial tem sido marcado por fases de grande crescimento, no que tange à economia capita-

* Professor Doutor do Departamento de Geografia da F.F.L.C.H. — U.S.P.

lista em geral e, particularmente aos USA. Contribuíram par tal fato, dois fatores: primeiro, a folgada situação financeira em que se encontravam os USA (a par de larga liquidez resultante do pesado financiamento da guerra, bem como das restrições ao consumo no correr dela) a conseqüente exploração da demanda fortemente contida no decurso das hostilidades por efeito daquelas mesmas restrições: segundo, o impulso contínuo aos negócios, provocado pela tarefa de reconstrução da Europa destruída pela guerra e a reorganização da vida convulsionada do continente. Todos lembramos do papel e da projeção, no caso, do famoso Plano Marshall.

O impulso adquirido, com a liquidez que o acompanhou, se prolongaram muito além das conseqüências e dos efeitos imediatos da guerra, tanto por obra da política financeira do governo norte-americano, do largo financiamento dos gastos públicos e privados, como sobretudo, no plano internacional, pela reorganização financeira mundial na base do acordo de Bretton Woods.

Contribuiu então, particularmente, para a liquidez da economia capitalista, a liberação do dólar que se erigiu em padrão e moeda internacional a ser oficialmente recebida e convertida em moeda nacional pelos países signatários do acordo. É essa a origem dos famosos eurodólares que determinaram, como era natural, larga disponibilidade financeira em todo mundo capitalista. E a par da inflação de preços, delimitaram ainda a conseqüente intensificação, sem precedentes, dos negócios e a paralela ambição na busca de aplicação e inversão dos capitais assim formados.

Quem se beneficiou particularmente dessa conjuntura de larguesa financeira abrindo perspectivas e oportunidades imensas de negócios, foram naturalmente, em primeiro lugar, os grandes trustes e monopólios norte-americanos e, logo em conseqüência, as demais potências capitalistas, em especial a Alemanha e o Japão. O crescimento dos monopólios capitalistas — que surgem naturalmente do capitalismo em sua etapa monopolista e são fruto da natural tendência do sistema para a concentração do capital — foi tal, que sua expansão internacional tomou tamanho vulto e importância, que de ignorados e até mesmo negados muitas vezes pela ortodoxia econômica — e também política — adquiriu foros de fato reconhecido. São atualmente conhecidos como multinacionais.

O Brasil não ficou à margem da ofensiva do capitalismo internacional mobilizado pelos grupos financeiros e monopólios. Os primeiros, à busca de aplicações para os excessos de liquidez proporcionados pelos eurodólares e outras fontes de capitais na época cis-

poníveis; os monopólios, à cata de oportunidades de novos negócios, relativamente abundante e de imediato muito bons no Brasil semi-*virgem* ainda do progresso capitalista mais recente, e onde tudo a nível desse progresso estava por fazer ou introduzir.

Nesses negócios boas perspectivas eram garantidas: primeiro, pela presença de abundante disponibilidade de mão de obra de baixo custo e sem as impertinentes exigências — ou a liberdade de exprimi-las — que tornaram tão incômodas e onerosas as relações de trabalho no mundo do capitalismo em sua etapa monopolista; segundo: pelas aspirações de uma relativamente escassa, mas em conjunto apreciável, minoria de consumidores potenciais melhores aquinhoados e aspirantes sedentos dos padrões da sociedade de consumo norte-americano e européia.

Tais são os fatores que impulsionaram o fluxo de iniciativas, capitais (a poupança externa, como dizem os economistas) e tecnologia dos grandes centros para muitos países, imprimindo-lhes o surto de que o Brasil teve um exemplo. E que nos promoveu, como diziam os tecnocratas de “subdesenvolvidos” em “país em desenvolvimento”.

Foi a isso que assistimos nestes últimos anos de “milagrosa” evolução econômica. E se a esse fato, e em particular à política nele seguida se dá o nome de “modelo”, esse modelo tem essencialmente consistido em preparar, facilitar, recepcionar, acomodar e favorecer mais e da melhor forma possível a penetração do capital internacional em nosso país.

Mas, antes de procedermos o balanço do “milagre” retomemos por ora o fio do desdobramento da conjuntura internacional que nos informa tão bem a respeito desse surto de atividades.

Os precários fundamentos financeiros em que se apoiava a expansão da economia capitalista — organização financeira por certo muito engenhosa, pois tornou possível disfarçar artificialmente durante três décadas a tendência estrutural do sistema capitalista à estagnação, permitindo que evoluísse com apenas breves momentos de pequenas e suaves recessões — aqueles precários fundamentos es-sentados nos acordos de Bretton Woods cederam afinal, como tinha fatalmente, mais dia menos dia, que ceder. Esse processo foi revelado nitidamente, por volta de 1971/72, através de um forte e generalizado processo inflacionário de preços, acampanhado, em particular nos USA, de crescente desemprego e capacidade ociosa. Des-senhava-se aliás com isso uma situação jamais sucedida: a ocorrência simultânea de inflação e estagnação crescentes.

E com isso começa a desconjuntar-se o sistema financeiro armado no pós-guerra e que tanto favorecera e tornou possível, como se

viu, o crescimento e expansão da economia capitalista internacional. Desequilibrou-se gravemente a balança de contas externas dos USA fazendo correr perigo suas reservas de ouro. O padrão dólar foi quebrado — não havia outro recurso — e suspendeu-se sua convertibilidade. O que levou à suspensão também da compra de dólares pelos Bancos Centrais dos países da Comunidade Econômica Européia (CEE), precipitando-se a desvalorização da moeda norte-americana que chegou a perder mais de três quartas partes de seu valor.

Note-se que essa queda precipitada do dólar tem por efeito colateral momentâneo o aumento da disponibilidade de eurodólares que, na falta de coisa melhor encontrou aplicação em empréstimos a países pesadamente endividados e necessitados urgentemente de recursos para cobrir os crescentes déficits de suas contas externas.

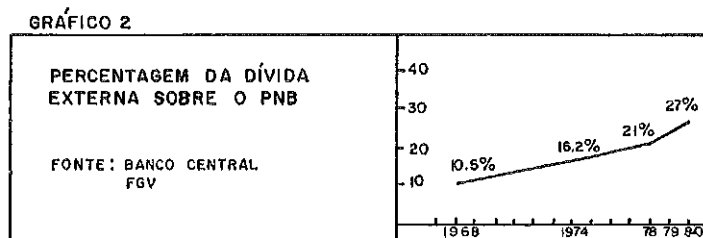
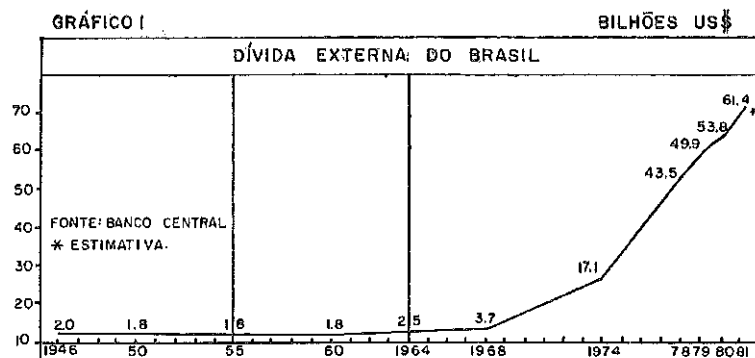
Mas, sobre isso voltaremos adiante na análise da repercussão de todos esses fatos ocorridos no âmbito internacional, na situação interna do país. O importante aqui é registrar o completo desmoronamento das finanças internacionais do capitalismo, e o retorno à descontrolada oscilação cambial em todos os países centrais do sistema e instabilidade do valor relativo de suas respectivas moedas. Instabilidade essa que tanto afligiu esses países, e tanto embargou o comércio no pré-guerra. A estabilidade cambial e rigorosa limitação das oscilações das principais moedas relativamente umas às outras — que fora a grande realização de Bretton Woods — constituiu sem dúvida o principal fator do considerável impulso dado às transações internacionais, o que tanto contribuiu para a fase de prosperidade do pós-guerra.

É a essa altura dos acontecimentos, que já afetavam gravemente a normalidade econômica do mundo capitalista, que se desencadeia o golpe desferido pela elevação do preço do petróleo, o que representou um considerável déficit das contas externas das principais potências capitalistas européias (que não produzem petróleo) e do Japão. Déficit que assume em boa parte, a prazo médio pelo menos, aspecto de algo estrutural. Estava aproximando-se crise da ordem financeira e do equilíbrio econômico do pós-guerra que assegurou a relativa estabilidade e desenvolvimento do sistema capitalista internacional nos quase trinta e cinco anos decorridos desde então.

Quem está sofrendo mais com essa situação, como é natural, são os países do terceiro mundo não produtores, em escala apreciável, de petróleo. É precisamente o que está acontecendo com relação ao Brasil e outros países em processo de crescimento rápido. Faltam-lhes os recursos suficientes de créditos e inversões externas que vinham estimulando e assegurando o processamento normal de suas atividades econômicas.

Em meados de 1979, só os Bancos americanos haviam feito empréstimos aos países em desenvolvimento carente de petróleo no valor total de 54,4 bilhões de dólares. Dez países deviam a bancos norte-americanos mais de um bilhão cada um: Brasil, Argentina, Chile, Colombia, Formosa, Coréia do Sul, Peru, Tailândia, México, Filipinas. Em geral, as nações em desenvolvimento fora da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) deviam a bancos, em todo o mundo cerca de 150 bilhões de dólares no fim de 1979, mais de quatro vezes o valor das dívidas há cinco anos.

É o complexo da inserção no capitalismo monopolista em que se encontra o funcionamento da economia brasileira, não para alcançar qualquer coisa que mesmo longinquamente se assemelhe aos índices especulativos atingidos em fins de 60 começo de 70, mas já simplesmente para subsistir normalmente. Uma tal dependência do financiamento externo pode ser avaliada pela maneira como vêm evoluindo as nossas contas externas e, a situação que chegaram. Destacam-se aí os nossos vultuosos e crescentes compromissos em débitos que já montam a mais de 62 bilhões de dólares em confronto com uma acentuada e crescente restrição relativa dos meios e recursos de que o país dispõe para fazer face a tais compromissos. Veja-se a evolução de nossa dívida externa nos últimos decênios e sua participação no produto nacional bruto (gráfico 1 e 2).



De fato, a única fonte significativa de divisas com que contamos para saldar nossos compromissos externos são os saldos que sobram do valor exportado, uma vez pagas as importações e outros serviços tais como fretes, seguros, viagens internacionais etc. Porém essa balança comercial e de serviços vem se encerrando com déficits crescentes desde 1967, conforme pode-se observar pela tabela 1.

TABELA 1

BRASIL: BALANÇO DE PAGAMENTOS

	(milhões US\$)						
	1965	1968	1971	1974	1978	1979	1980
Saldo da conta comercial (1)	655	26	-341	-4.690	-1.024	-2.717	-2.829
Saldo da conta de serviços (2)	-362	-556	-980	-2.432	-6.037	-7.778	-10.212
Saldo da conta de transferências unilaterais (3)	75	22	14	0,5	71	17	155
Saldo da conta corrente (1+2+3)	368	-508	-1.307	-7.122	-7.061	-10.495	-12.886
Saldo da conta de capitais							
—investimentos estrangeiros	70	63	169	944	2.172	2.418	1.511
—empréstimos e financiamentos	363	583	2.037	6.891	13.810	11.882	11.069
—amortização da dívida	-304	-484	-850	-1.920	-5.324	-7.314	-5.019
—SALDO	-6	541	1.846	6.253	11.891	6.194	9.804
erros e omissões	-31	-1	-9	-67	-639	1.066	-407
SALDO FINAL	331	32	530	-936	4.262	-3.218	-3.489

dados: Banco Central — FGV

Como se vê, o crescimento da remuneração do capital externo aplicado no Brasil é considerável. E para fazer face a ele, uma vez que não contamos, com recursos próprios, não houve outro meio senão o do comprometimento ainda maior através de novas e crescentes aplicações de capital estrangeiro. Para exemplificarmos, em 1965 tivemos um total de 433 milhões de dólares entre investimentos e

empréstimos estrangeiros no Brasil; em 1971 passamos para dois bilhões e 206 milhões de dólares; em 1974 atingimos 7,8 bilhões de dólares; e chegamos a 1980 tendo que emprestar em torno de 12,6 bilhões de dólares.

O pagamento de fornecimentos do exterior implica na restrição e suspensão mais ou menos ampla desses fornecimentos com consequências maléficas que isso representa para o funcionamento normal e continuado de boa parte de nossas atividades econômicas, em particular as indústrias, tão dependentes daqueles fornecimentos — materiais semi-acabados, componentes em geral, equipamentos, etc. So-ma-se a isso a perspectiva da perda do que ainda sobra de autonomia econômica e livre disposição de nossos recursos naturais. Estes por sua vez a cada dia que passa mais comprometidos com as multinacionais e seus “testas de ferro”.

Indague-se, contudo o que de fato se disfarça atrás dos grandes números revelados pelas estatísticas oficiais. O que se encontrará é, fundamentalmente e no essencial, uma indústria de bens de consumo durável substitutiva de importação, sem infra-estrutura apreciável e dependente do exterior no fornecimento de alguns de seus principais insumos. E, mais, da tecnologia empregada que na falta de elaboração própria somos obrigados a repartir tal e qual em cada operação específica. Concretamente, pouco ou quase mais que um modesto fim de linha das estruturas industriais exteriores ao país. Veja-se por exemplo os dados de 1968, 1974, 1978 e 1980 constantes da tabela 2.

TABELA 2

BRASIL: IMPORTAÇÕES

	(milhões US\$)			
	1968	1974	1978	1980
máquinas e equipamentos	604	3.119	3.552	3.624
produtos químicos, fertilizantes, metais, materiais plásticos, borracha e papel	484	4.261	3.069	3.148
combustíveis e lubrificantes (principalmente petróleo)	230	2.962	4.482	9.449
cereais (principalmente trigo)	162	486	702	1.083
outros	375	1.813	1.877	3.830
TOTAL	1.855	12.641	13.683	21.134

dados: Banco Central

O Brasil, desse modo, continua sendo uma sociedade apoiada inteiramente, em última instância, e organizada para isso, na produção

em larga escala e estritamente comercial, de gêneros primários demandados por mercados exteriores. É com essa produção e exportação que fundamentalmente se mantém a vida do país, pois é com a receita daí proveniente que se pagam as importações essenciais à nossa subsistência inclusive, e em particular, a instalação e manutenção da atividade industrial, bem como se pagam os serviços financeiros e outras remunerações aos *trustes* que aqui operam.

Tal fato pode ser comprovado pela tabela 3, que apresenta a situação no último decênio. O que é mais crítico em tudo isso é a perspectiva que se avizinha caso a situação continue, pois só se pode esperar um aumento da dominação econômica e política por extensão.

TABELA 3

RELAÇÃO: DÍVIDA EXTERNA/EXPORTAÇÃO

(bilhões US\$)

ANO	prestação (1)	juros (2)	serviços da dívida (1+2)	serviço da dívida exportações (%)	serviços da dívida/novos empréstimos (%)
1968	0,8	0,1	0,9	51,0	150,0
1969	1,1	0,2	1,3	54,1	130,0
1970	1,2	0,2	1,4	53,9	100,0
1971	1,4	0,3	1,7	58,0	85,0
1972	1,9	0,4	2,3	58,2	53,5
1973	2,1	0,5	2,6	41,6	57,8
1974	2,0	0,6	2,6	32,6	37,7
1975	2,1	1,4	3,5	41,3	59,3
1976	2,9	1,8	4,7	45,9	58,9
1977	4,1	2,1	6,2	51,2	71,2
1978	5,3	2,7	7,9	62,7	115,0
1979	6,5	4,2	10,7	70,4	124,7
1980	7,0	5,9	12,9	64,2	176,9

dados: Banco Central — FGV

Toda essa atividade econômica em países como Brasil serviu para enfeixar a existência de setores relativamente restrito da população que tiveram acesso a esse progresso, enquanto que a maioria da

população paga o pesado tributo de uma dívida que não contraiu, tendo seus salários rebaixados cada ano que passa.

A política econômica e social do "Modelo" se orientou e soube acomodar o caminho para o aproveitamento máximo da especulação em que fervilhou nos últimos anos o mundo capitalista, e nos meteu assim, numa dívida que vale apenas estudar melhor.

1.2 — O RITMO CRESCENTE DA DÍVIDA EXTERNA, SINTOMA DA INCORPORAÇÃO DO BRASIL AO CAPITALISMO MONOPOLISTA INTERNACIONAL

Uma análise detalhada do gráfico 1 apresentado pouco atrás, sobre a evolução da dívida externa brasileira mostrou que saímos de 2,5 bilhões de dólares em 1964 para 61,4 bilhões de dólares em setembro de 1981, isto significa que as relações de dependência econômica aos países credores como USA, França, Inglaterra, Alemanha, Japão etc., aumentou na mesma proporção. A situação agrava-se mais se observarmos o gráfico 2 onde o montante da dívida a cada ano que passa representa uma percentagem maior do produto nacional bruto: 10,5% em 1968 para 27% em 1980.

Tal situação mostra claramente a inserção do Brasil no circuito do capitalismo financeiro internacional de modo claro e objetivo. Entretanto as oscilações das taxas de juros no mercado internacional tem provocado uma elevação ainda maior de nossas dívidas. Desse modo é fundamental distinguirmos essa situação, para que os horizontes não se escureçam ainda mais. (gráfico 3 e 4).

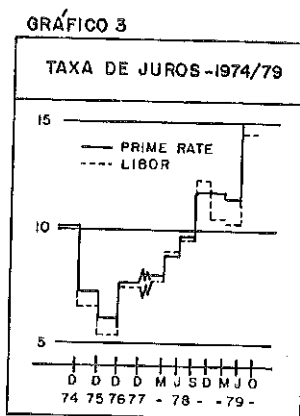
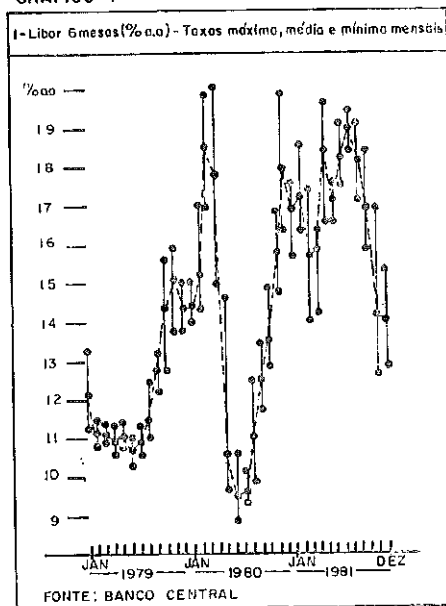


GRÁFICO 4



As taxas de juros no mercado financeiro internacional estão atingindo níveis sem precedentes. Em outubro de 1979 a taxa básica de juros cobrada pelos bancos norte-americanos a seus clientes preferenciais, a chamada "prime-rate", subiu para 15%. Em consequência, a taxa básica de juros cobrada no mercado de eurodólares, a "Libor" (London interbank off rate", ou taxa intercambiária de Londres), saltou para 15,18% (para atrair recursos dos USA a Libor tem que ser superior à taxa oferecida no mercado norte-americano). Um mes antes (setembro de 1979) a "prime-rate" estava em 13,5%, quando o governo norte-americano, preocupado com a desvalorização do dólar, anunciou as primeiras medidas de restrições ao crédito no início de outubro (de 1979), a "prime-rate" tinha subido para 14,5%. A majoração da Libor tem sido também elevada: no início de 1976 ela se encontrava em 5% ao ano. Nos últimos anos, a par das oscilações constantes estas duas taxas de juros tem se mantido em patamares acima de 15%. O exemplo da LIBOR é significativo pois desde outubro de 1980 está alcançando, em média, cerca de 18%.

Mas a subida dos juros sobre a dívida não param por aí, pois o Federal Reserve Board (Banco Central dos USA) elevou sua taxa de redesconto de 12% para 13%. Já o Banco Central do Japão subiu

suas operações de redescontos de 6,25% para 7,25% provocando o quarto aumento do redesconto desde abril de 79, quando a taxa era de 3,5% ao ano, elevando-se 0,75%; em julho, aumentou 1% passando para 5,25% e em novembro chegou a 6,25%. Vale salientar que o reajuste coincide com a notícia de que em janeiro do 80 os preços por atacado no Japão subiram para a média de 30% ao ano e os preços ao consumidor para 7%, pressionados pelos altos preços do petróleo importado e pela desvalorização do ien frente ao dólar; além, é óbvio da influência das altas taxas de juros cobrados nos USA e na Europa.

Esses saltos nas taxas internacionais de juros representam para o Brasil uma verdadeira catástrofe, pois cerca de 60% da dívida externa brasileira baseia-se em contratos de custos flutuantes, ou seja, está sujeita a taxas de juros que são ajustadas a cada seis meses. Assim com a elevação das taxas de juros nos mercados internacionais sobem os custos não só dos novos empréstimos, mas também dos créditos anteriores ainda não saldados. Com a dívida no nível atual, calculam-se que cada aumento da "Libor" em um por cento, custa ao Brasil, por ano, mais de 300 milhões de dólares em juros. Como a "Libor" subiu no ano de 1979 cerca de 4%, o Brasil terá que pagar mais de 1 bilhão e 200 milhões de dólares em juros (a mais).

Isto sem falar nos novos empréstimos que também não fogem à regra. Em 1978, por exemplo, o Tesouro Nacional contratou com um consórcio de bancos norte-americanos, alemães, britânicos e japoneses um empréstimo de 1 bilhão de dólares para o Programa Nacional do Alcool. Por esse empréstimo, o Brasil se comprometeu a pagar apenas nos cinco primeiros anos, 800 milhões de dólares de juros e comissões, ou seja quase o valor integral do empréstimo, e com as novas taxas esse montante será ainda maior.

Para que possamos aquilatar bem o significado do endividamento brasileiro, basta dizer que um acréscimo de um por cento nas taxas internacionais de juros exerce no balanço de pagamento do Brasil um impacto mais avassalador do que um aumento de 10% no preço internacional do petróleo. E mesmo que não se contraia novas empréstimos, com a subida das taxas de juros a dívida crescerá sozinha. A última alternativa seria suspender unilateralmente o pagamento das prestações e dos juros da dívida e exigir a re negociação das condições e prazos de pagamento. Tal medida, certamente, equivaleria a comprar uma guerra com os grupos financeiros internacionais e os governos que os representam. O Brasil está dessa forma literalmente à mercê dos banqueiros internacionais, que, através da dívida externa, passam a condicionar o funcionamento de toda eco-

nomia brasileira, chegando ao ponto de seus ministros (da Fazenda e do Planejamento) quando de suas viagens aos USA no mes de fevereiro de 1980, na busca de empréstimos para cobrir o rombo de 1980 do balanço de pagamento terem que recusar publicamente a proposta do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BIRD) de que esses organismos passassem a gerir a economia brasileira. O que provavelmente não é necessário pois nossos governantes têm cuidado com zelo, da dominação do Brasil pelo sistema internacional. Vejam-se as medidas econômico/financeiras tomadas no ano de 1981.

A dívida externa brasileira dessa forma em 1980 precisou de cerca de 12,3 bilhões de dólares, dos quais 5,0 bilhões é amortização da dívida, 7,3 bilhões é juro. Dessa forma no final de 1982 preve-se que o país estará com suas dívidas na casa dos 70 bilhões de dólares.

Mas, como o Brasil chegou a esta situação, é uma questão que merece ser discutida.

Qualquer análise do endividamento externo brasileiro tem que começar salientando seu incremento rápido depois de 1964. Entre 1946 e 1964, a dívida se manteve no patamar de 2 bilhões de dólares, conforme observa-se no gráfico 1. Isto para não lembrar as £248.000,00 em 1930, ou as £ 30.351.500 em 1889. Entretanto nos últimos quinze anos a dívida chegou aos 50 bilhões de dólares, cerca de 1.740% de crescimento.

As exportações por sua vez se multiplicaram por volta de 6,5 vezes entre 1963 e 1977; mas o endividamento externo bruto se multiplicou quase 8,5 vezes no mesmo período.

O aumento da dívida externa suplantou também a acelerada expansão do produto interno bruto (PIB), pois durante a última fase expansiva, entre 1968 e 1973, a dívida externa bruta aumentou 26,5% ao ano, em média, enquanto que o PIB cresceu 17,7% ao ano, em média. Mas o que é mais significativo é que foi depois que a taxa de aumento do PIB caiu e a economia entrou em crise, que a dívida externa realmente disparou, chegando a representar em 1980, 27% do produto nacional, conforme mostra o gráfico 2.

O Brasil está, portanto, envolvido num processo de endividamento em "bola de neve", pois uma parte dos empréstimos a serem feitos (que cresce a cada ano) se destina a pagamento das prestações e juros dos empréstimos antigos. Por exemplo, no ano de 1980,

tivemos que pagar 7,0 bilhões de dólares de amortização e 5,8 bilhões de juros. Outra parte foi utilizada por grandes bancos e empresas estrangeiras para especular com os títulos do governo. E como se vê uma parte cada vez mais reduzida tem-se voltado para o financiamento de atividades produtivas. Assim, cada vez fica mais difícil ampliar a produção e as exportações a fim de obter os saldos de divisas que garantiriam o pagamento do serviço da dívida.

O governo sustenta que o pagamento da dívida externa brasileira não constitui problema, o ex-ministro Mário H. Simonsen costumava repetir: "o problema da solvência deve ser dos banqueiros e credores internacionais", não do Brasil. Já o ministro Dellfin Neto tem a si atribuída a frase de que "a dívida não foi feita para ser paga, mas para ser administrada". Para os tecnocratas a administração do endividamento externo se resume à preocupação unilateral com o perfil da dívida, ou seja, cuida-se apenas de repartir convenientemente, nos anos seguintes, o impacto das amortizações e juros sobre o balanço de pagamentos. Com esse argumento alega-se que o Brasil sendo um dos maiores devedores mundiais, os próprios banqueiros têm interesse em evitar qualquer situação de insolvência do Brasil, pelas graves repercussões que teria no mercado financeiro internacional. Conta-se portanto com a "boa vontade" dos próprios credores do Brasil para obter novos empréstimos, com os quais se pagariam os juros e as prestações vencidas, promovendo o "giro" da dívida externa.

Há no fundo da argumentação, portanto uma meia verdade, pois do ponto de vista do sistema capitalista internacional, não é preciso (nem interessa) que o Brasil (ou qualquer outro país dependente) pague integralmente sua dívida. Veja-se que a dívida externa brasileira já remonta aos idos do 1º Império (1824), quando no período de 1824/29 nossa dívida alcançou a cifra de Cr\$ 16.326.500,00 ouro. O endividamento permanente e controlado, portanto, do Brasil e dos países periféricos, faz parte do funcionamento regular da economia capitalista internacional; tanto assim que a maioria dos contratos internacionais de empréstimos prevêem uma multa para o país que saldar antecipadamente seus compromissos. O que mais interessa aos banqueiros internacionais são os juros, através dos quais se processa a exploração financeira, e toda sorte de concessões econômicas aos grupos multinacionais. Ou seja, a manutenção de países dependentes endividados é também um instrumento político valioso para garantir seu alinhamento e arrancar deles novas concessões econômicas. No entanto para que tal mecanismo não se desarticule, o endividamento cumulativo e descontrolado de qualquer país deve ser evitado e o serviço anual da dívida precisa ser garantido.

Entretanto, para que qualquer país assegure o serviço da dívida externa, precisa ele, garantir a cada ano um fluxo satisfatório de novos empréstimos e financiamento e precisa obter, acima de tudo, saldos expressivos em sua balança de comércio. Pois é da receita da exportação que dependem, em última instância, o pagamento efetivo da dívida e a própria garantia para a contratação de novos empréstimos e financiamentos internacionais.

No caso brasileiro fica evidente o processo de endividamento cumulativo, pois a medida que a dívida aumentou, aumentou também a carga anual de seu serviço, conforme se observa na tabela 3. O resultado é que, embora as exportações brasileiras tenham aumentado muito, tornou-se necessária uma parcela cada vez mais substancial das receitas de exportação para cobrir os juros e prestações anuais da dívida. Em 1980, o serviço da dívida correspondeu a cerca de 61% das receitas brasileiras de exportação. Como essas receitas devem custear ainda, as importações, as remessas de lucros, os pagamentos por tecnologia, fica evidente que elas sozinhas não dão para pagar tudo. Por isso, o país tem sido levado a endividar-se cada vez mais. Mas esse processo resulta num aparente círculo vicioso, pois à medida que se eleva a dívida, aumenta novamente o seu serviço, e o total dos novos empréstimos potencialmente comprometido com o serviço da dívida chegou a 176,9%, ou seja, não deu para cobrir a dívida, conforme os dados registrados na tabela 3.

O problema do acelerado endividamento externo do Brasil não se resume, porém, a garantir o pagamento das prestações e dos juros da dívida. É preciso considerar também, os outros efeitos que esse endividamento tem acarretado para a economia nacional. Um deles é o seu custo crescente, que consiste em problema sério ao país. Pois em primeiro lugar, porque tendem a elevar os custos na obtenção de novos empréstimos. Temendo atraso no futuro serviço da dívida, os banqueiros se resguardam encurtando os prazos de carência e amortização elevando as taxas de juros e comissões, especialmente o "spread" ou taxa de risco. Veja-se por exemplo que o Brasil do total da dívida em 1964 (2,5 bilhões de dólares) pouco mais da metade, 1,5 bilhões de dólares tinha prazo de vencimento em 5 anos, já atualmente 74% de nossa dívida ou seja, um montante de 46 bilhões de dólares, vencem também em sete anos.

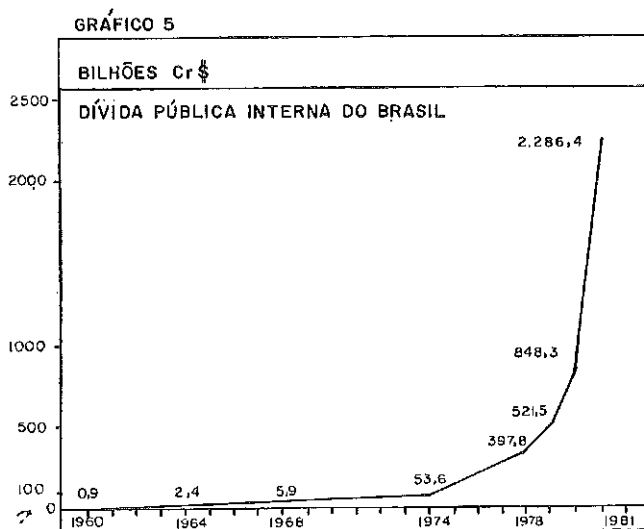
Em segundo lugar, uma substancial parcela dos empréstimos levantados no exterior pelo Brasil é contratada com uma taxa de juros variável, em geral a "Libor", conforme já afirmamos, que é reajustável a cada seis meses. Assim, quanto maior for o endividamento do Brasil, mais exposto ficará às variações das taxas internacionais de juros, sobre as quais não exerce o menor controle.

Além de tudo isso, o Brasil, para poder obter novos empréstimos e financiamento, é obrigado a manter nos bancos internacionais vultuosas reservas em moedas estrangeiras, a título de "reciprocidade" ou "saldo médio". Essa acumulação excessiva de reservas é, como não poderia deixar de ser, prejudicial ao país, pois, pelos empréstimos que contrai, o Brasil paga, além da taxa básica de juros, "spread", "flat-fee" "commitment-fee", etc.; pelas reservas que aplica, porém, recebe apenas os juros básicos. Ou seja, o Brasil toma um empréstimo; é obrigado a deixar uma parte desse empréstimo depositada no próprio banco internacional que o concedeu; e embora não utilize essa reserva, paga por ela uma taxa de juros superior à que recebe do banco que a utiliza.

Através de todos esses esquemas o país tem sido submetido a uma dura espoliação pelo capital financeiro internacional, da qual só tem se beneficiado grandes capitalistas e latifundiários brasileiros, além, é óbvio, as multinacionais e banqueiros internacionais. No entanto essa dívida tem acarretado também, distorções internas na economia. A mais grave é que ela, conjugada com a dívida pública interna, acabou se constituindo no maior foco da elevada inflação atual.

O mecanismo que rege o fato não é difícil de ser percebido, pois, os empréstimos externos são concedidos a bancos e firmas sediadas no Brasil em dólares, libras, marcos, iens, etc., entretanto essas moedas não podem circular dentro do país, tendo que ficar depositadas no Banco Central, que as troca por cruzeiros. Com a entrada de recursos externos em volumes superiores às necessidades imediatas de importações e demais pagamentos financeiros, forma-se saldos cambiais, cuja transformação em moeda nacional exigiu do Banco Central uma emissão crescente de cruzeiros. Com isso, o cruzeiro se desvaloriza e os preços sobem. Para reduzir esse efeito inflacionário, o Banco Central passou a vender no "open market" títulos públicos, especialmente LTNs (Letra do Tesouro Nacional). Assim recuperava uma parte do dinheiro injetado na circulação para cobrir os saldos das operações externas. Mas, à medida que continuava crescendo a dívida externa, era preciso colocar à venda um volume cada vez maior de títulos públicos. E à medida que esses títulos públicos iam vencendo, para resgatá-los e também pagar os juros, sem emitir novos cruzeiros, o Banco Central era obrigado a lançar novos títulos. Ou seja, o governo passou a saldar os juros e resgate da dívida pública interna com mais dívida. E a fim de atrair compradores para a massa crescente de títulos, o governo foi obrigado a oferecer juros cada vez mais altos, empurrando todas as taxas de juros para cima, e com ela os preços das mercadorias e serviços. Era sem dúvida a realimentação da pressão inflacionária.

Com a elevação dos juros internos, eles foram se distanciando dos juros externos, passou-se então, ser um bom negócio levantar empréstimos no exterior simplesmente para comprar títulos do governo, ganhando a diferença de juros. Todos os bancos e grandes empresas entraram nesse jogo de ganhar dinheiro fácil, ainda mais que diminuía as oportunidades de inversões produtivas, com a crise da economia mundial e brasileira. Evidencia-se assim, o caráter puramente especulativo que envolve a dívida externa brasileira, pois a expansão da mesma, levou à expansão da dívida interna e dos juros internos; esta, por sua vez, levava a nova expansão da dívida externa, já com caráter puramente especulativo; e assim sucessivamente. Daí o grande salto que a dívida pública interna deu nos últimos anos, conforme demonstra o gráfico 5.



Com isso foi montado um poderoso foco inflacionário, que somava-se ao outro provocado pelo crescimento disparado da dívida externa e de seus serviços. Assim, tornava-se indispensável aumentar a qualquer custo, as exportações. Acentuou-se assim, o desequilíbrio entre o setor agropecuário, baseado em grandes propriedades e voltado para a exportação, que recebe todo incentivo e assistência da parte do governo; desamparando ainda mais o setor agropecuário voltado para a produção de alimentos para mercado interno (principalmente baseado na pequena propriedade). Com isso, agravou-se a escassez de gêneros alimentícios e com o seu encarecimento, o governo teve que gastar divisas para importar carne, leite, trigo, arroz, feijão, milho, etc.

O resultado de todo esforço para ampliar as exportações industriais e agrícolas, sucumbia em função do crescimento das importações acima dos dados apresentados pelas exportações, conseqüentemente os déficits começaram a se suceder a partir de 1971, conforme observa-se claramente pela tabela 1 apresentada pouco antes.

A solução que o governo tem adotado frente a essa situação crítica, tem sido passar a dívida para a frente, ou seja, aproveitando as condições favoráveis do mercado internacional (financeiro), contratam novos empréstimos, embora a custos cada vez mais pesados. É através desse artifício que o sério déficit em transações correntes se transforma num vistoso saldo positivo, conforme evidencia a tabela 1. No entanto a conjuntura atual tem sido desfavorável e tudo indica que mesmo com o truque o saldo final será negativo, como foi em 1974.

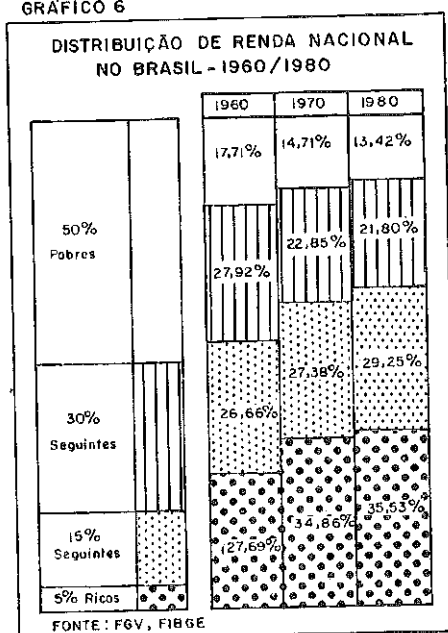
Conforme já salientamos, o processo de endividamento cumulativo e descontrolado do Brasil, não é acidental, como tentam demonstrar culpando o petróleo e outras crises internacionais, mas sim, decorre do tipo de desenvolvimento capitalista dependente. São inerentes a esse estilo de desenvolvimento o crescimento insuficiente da indústria interna de bens produtivos e a participação crescente de empresas estrangeiras na economia nacional. Assim, ele conduz a pressões inevitáveis sobre a balança comercial, através das importações crescentes de insumos básicos e bens de capital, conforme se verifica com a tabela 2; e a pressões ainda maiores sobre a balanço de serviços, através das remessas crescentes de juros, lucros e "royalties", conforme demonstra a tabela 1.

A experiência tem mostrado, portanto, que a saída para um desenvolvimento efetivamente auto-sustentado da economia nacional não se encontra numa integração maior no comércio internacional de mercadorias e de dinheiro, ou seja, com uma inserção cada vez maior ao conjunto monopólico do modo capitalista de produção. Temos isso sim é que romper com essas relações.

Entretanto sabemos que esta situação de endividamento crescente está diretamente ligado a um modelo concentrador de renda que tem na manutenção dos baixos salários dos trabalhadores o seu esteio principal. Tal fato pode ser comprovado pelos dados que compõe o gráfico 6, onde encontramos os 50% da população, (os mais pobres, que ficavam com 17,71% da riqueza nacional em 1960, passaram em 1980 a ficar com apenas 13,4%. Enquanto isso os 5% mais ricos que ficavam com 27,69% em 1960, saltam em 1980 para 35,5%.

Também a tabela 4 é meridiana na demonstração da concentração da renda no Brasil, pois os pobres (50%) que tinham em 1960 uma renda média mensal de Cr\$ 1,62 passaram a receber em 1980 Cr\$ 2.963,16, enquanto isso os 5% mais ricos que tinham Cr\$ 29,50 em 1960, passam para Cr\$ 78.383,70 em 1980.

GRÁFICO 6



Se observarmos, ainda, a tabela 4, podemos verificar que a participação do grupo dos 5% ricos em 1960, era de 1821% maior que a renda dos 50% pobres. Já em 1980 esse percentual subiu para 2.645%, o que demonstra um aumento na concentração da renda.

Outro dado constante da tabela 4 é aquele referente ao percentual de crescimento. Entre 60 e 70 o grupo dos 50% mais pobres cresceu 4.927% enquanto que os 5% mais ricos cresceram 4.553% entre 60 e 70. Na década entre 1970 e 1980 esse ritmo desigual do crescimento da renda entre grupos, aumentou ainda mais, pois os 50% pobres cresceram 3.712%, enquanto que os 5% ricos cresceram 5.836%, ou seja, cresceram 2000% a mais que os mais pobres.

Estes dados referentes ao rendimento médio mensal ganham mais em clareza se observarmos a tabela 5 pois tomando o ano de

TABELA 4

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NACIONAL NO BRASIL
RENDIMENTO MÉDIO MENSAL EM Cr\$

Cr\$	1960	1970	1980	≠60/70%	≠70/80%
A — 50%					
pobres	1,62	79,82	2.963,16	4.927	3.712
B — 30%					
seguinte	5,19	196,97	8.023,60	3.795	4.074
% sobre A	320	247	271		
C — 15%					
seguinte	10,80	478,84	21.527,26	4.434	4.496
% sobre A	667	600	727		
D — 5%					
ricos	29,50	1.343,15	78.383,70	4.553	5.836
% sobre A	1.821	1.683	2.645		

FONTE: FIBGE — FGV

1960 como base, tivemos para o grupo dos 50% mais pobres um crescimento de 253% entre 60 e 80 enquanto que os 5% mais ricos conheceram um crescimento de 367% entre 60 e 80. É mais uma prova evidente do acelerado processo de concentração da renda em nosso país.

TABELA 5

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NACIONAL
ÍNDICE DE CRESCIMENTO 1960/1980

	1960	1970	1980
50% pobres	100	129	253
30% seguintes	100	99	214
15% seguintes	100	116	275
5% ricos	100	119	367

FONTE: FIBGE e FGV

Além desse dados, devemos lembrar também, que o Censo de 1980 demonstrou que 1,4% dos ricos ficavam com 18,59% da renda (uma renda média mensal em torno de Cr\$ 145.396,00), enquanto que os 19,4% mais pobres ficaram com 1,62% da renda (uma renda média mensal de Cr\$ 1.527,00).

Assim todos os dados demonstram o processo de concentração na distribuição da renda em nosso país, e é óbvio, esse é o reflexo do modelo econômico imposto ao país.

A situação criada por esse "modelo" de desenvolvimento tem suas raízes na evolução política do país recente, e certamente passada, dessa forma necessário se faz tratarmos ainda que sucintamente dessa questão, para que possamos ir completando o quadro da DIALÉTICA DA DOMINAÇÃO.

1.3 — A ECONOMIA POLITICA DA DOMINAÇÃO NO BRASIL

A década de 50 marca no caso brasileiro, um aprofundamento da divisão social do trabalho na direção da industrialização, tornando a indústria o motor e o centro dinâmico da economia, portanto de sua expansão. O esforço de acumulação na economia nacional foi desenfreado, porém desprovido da existência de uma base industrial prévia, isto é, de uma acumulação que se cristalizasse na máquina, e que expressasse o consumo do trabalho vivo pelo trabalho morto. Assim a economia brasileira tinha enorme vitalidade de acumulação (é fundamental que se entenda que a base da acumulação é a exploração do trabalho) mas, em outro sentido, tinha uma base capitalista propriamente dita razoavelmente pobre em termos de máquinas, e equipamentos. Jucelino Kubstchek consubstanciou em seu Plano de Metas o salto para a superação desta situação, era preciso "crescer 50 anos em 5".

A ausência daquela base industrial prévia cobrou fortes direitos no momento em que se empreendeu o esforço de aprofundar a divisão social do trabalho via industrialização. O Estado e o capital estrangeiro, emergiam nesse processo como duas forças novas no que se refere à sua qualidade. Nesta passagem, essas duas forças sociais redefiniram-se, adquirindo uma nova qualidade no processo econômico e particularmente no processo político. O capital estrangeiro como sua nova qualidade, que constituiu no fato de que tinha em si mesmo, a possibilidade de trazer para a economia nacional aquele fator que a ausência de base industrial prévia tornava Jébil na economia brasileira. Desse modo, o capital estrangeiro teve a possibilidade de transformar, de poder potencializar o trabalho vivo, isto é, a exploração do trabalho através da utilização de um trabalho morto acumulado. Ou por outras palavras, foi através de uma tecnologia em processos, máquinas e equipamentos que potenciaram o trabalho, a exploração do trabalho e, portanto a própria acumulação.

Contribuindo dessa forma para aumentar a produtividade do trabalho na economia brasileira, ao contrário de períodos anteriores quando esteve investido em setores de infra-estrutura, etc..

O Estado por seu lado assumiu novo papel, investiu no setor produtivo por vários motivos. Dentre eles, destacou-se a impossibilidade de que tarefas chamadas de "segurança nacional", não podiam ser cumpridas ou simplesmente sustentadas pela própria força da burguesia nacional, em confronto com o capital estrangeiro. Dessa forma o Estado realizou certas tarefas da acumulação que a contradição — burguesia nacional versus imperialismo — tornava incapaz de fazer nascer, consolidar e aprofundar na economia brasileira. Assim, foi através da socialização das perdas, que ele emergiu mantendo seu papel de mediador entre as diversas forças sociais em ação, porém agora, com uma nova qualidade própria, ou seja, a qualidade de produtor de mercadorias e serviços.

A colocação de OLIVEIRA é meridiana, ao tratar desse contexto: "Estes são os agentes que dão a marca do processo, e, de certa forma, o populismo é a marca específica da conciliação de interesses das classes dominantes, no sentido de realizarem essas tarefas da acumulação, às expensas das classes dominadas mas contraditoriamente empurrados por estas. Do lado da estrutura social, esses avanços na divisão social do trabalho significavam também transformações muito profundas, transformações essas cujo caráter principal pode ser notado simplesmente na divisão social do trabalho entre o campo e a cidade: o país estava se urbanizando, significando isso que se estavam gestando, aos níveis das classes sociais dominadas, novas diferenciações sociais; criava-se um proletariado propriamente dito e criavam-se também, concomitantemente, novas classes trabalhadoras urbanas não operárias, dedicadas às atividades de produção de serviços. A marca específica do populismo vai ser a de manter ao nível do processo político a anterior indiferenciação social, de não registrar na estrutura dos processos políticos da Nação aquela diferenciação social de base que o próprio processo de avanço na divisão social do trabalho estava gestando: gestando uma nova classe operária, gestando novas classes assalariadas urbanas e transformando em alguma medida, com muito menos força e de uma forma muito menos radical, também o próprio campo. Neste, tem-se um processo menos marcado, menos visível e que, em certa forma e ainda por muito tempo, iria manter, como manteve, uma larga indiferenciação social, em que coexistiam quase-camponeses e pequenos produtores de mercadorias, coabitando no coração do latifúndio". (OLIVEIRA, 1977:118).

A emergência dessas novas forças sociais avançaram rapidamente durante a década de 50. E foi nesse avanço que esteve muito da falência do populismo, pois na base do avanço das novas forças sociais (quer na divisão social do trabalho, quer no seu reflexo na estrutura social da nação) esteve a diferenciação cada vez mais marcante dos interesses das diversas classes sociais. Neste momento o populismo por seu lado, manteve um rosto político indiferenciado, o que valia dizer do ponto de vista da estrutura social, o populismo já não era a marca específica da sociedade brasileira. Aqui também era encontrado o limite do populismo, pois, como expressão e como processo político ele se esgotou na medida mesma em que ocorreu o avanço da diferenciação social da Nação através, de processos peculiares da divisão do social do trabalho. Assim começava a ser impossível manter num mesmo saco interesses do operariado, de outras classes assalariadas urbanas, da pequena burguesia, das chamadas "classes médias", do grande capital e do latifúndio.

Na impossibilidade de realizar a harmonização de interesses tão diferenciados está uma das raízes da falência e do esgotamento dos processos peculiares do populismo. É assim pois, que vai ser preparando o impasse político que vai ser peculiar e característico da década de sessenta, porque essas modificações na divisão social do trabalho, vão ganhando expressão e passam a se corporificar e se materializar na estrutura social da Nação.

Apresentava a Nação, uma configuração de base produtiva em que aparece a burguesia nacional (a cada dia perdendo peso e importância), a emergência crescente das empresas estatais e o capital estrangeiro, comandando importantes setores da estrutura produtiva. Abaixo apareciam as classes sociais subordinadas, que com o avanço da divisão social do trabalho, foram adquirindo diferenciações específicas. É dessa forma, na estrutura complexa deste tripé de comando das forças produtivas e de suas relações com as classes dominadas que se colocou o impasse político já extremamente sério no início dos anos sessenta. OLIVEIRA trata desse impasse de forma cristalina: "Esse esgotamento vai se consumir finalmente em 1964; aqui cabe uma certa analogia com a análise clássica do bonapartismo; aí Bonaparte, isto é, as Forças Armadas, emergem como árbitros de uma situação que politicamente havia chegado a um impasse, cuja raiz deve ser buscada na assimetria entre a diferenciação da estrutura social e o seu registro, ao nível dos processos políticos e, por fim, na estrutura do poder, no Estado. Bonaparte emerge, e Bonaparte tem espada, e Bonaparte corta os nós górdios que eram formados pelas antigas relações entre o tripé das forças produtivas e as classes sociais dominadas. A História do pós-64 é, pela força de Bonaparte, o aprofundamento das tendências que já estavam anunciadas e que

já estavam dadas, de certa forma, pela configuração estrutural da própria economia, isto é, pelo tripé que se havia formado. A política econômica pós-64 vai ser, de um lado, a busca incessante em consolidar e aperfeiçoar, e sedimentar de forma mais acabada, os contornos do controle monopolístico da economia brasileira, ao nível das forças produtivas e, do outro lado, dando novos saltos no processo de acumulação, estabelecendo uma nova relação do tripé com as classes sociais dominadas. Essa nova relação é, como sempre, em qualquer sistema capitalista, uma relação de força, mas cuja forma é agora diferente". (OLIVEIRA, 1977:120).

Essa relação de força teve então, uma forma completamente nova pois era explícita, sem máscaras. O sustentáculo desse processo (e portanto, da remodelação dessas relações) passou a ser, realmente o confronto do proletariado urbano com o novo tripé. Isto porque esse tripé havia sido formado e estava essentado na propriedade das forças produtivas. Porém essa solução de 1964 não resolve estruturalmente o impasse, ao contrário, ele continua a existir até hoje.

Assim passa-se a assistir no período pós-64, "*a uma política econômica cujo centro vai estar na tentativa, a qualquer preço e a todo custo, de sedimentar e aprofundar a estruturação de corte monopolístico da economia brasileira*" enfatiza OLIVEIRA-1977:121. A concentração da renda acentua-se vertiginosamente através da aceleração que se imprimiu ao processo de fusões e de concentração e centralização do capital o que dificultou o estabelecimento de novas relações entre o tripé dominante e as classes sociais subordinadas.

"Mas é na articulação do tripé que reside essa incapacidade do estabelecimento de novas relações, esse tripé que, ao longo de todo processo, mudou significativamente, de tal forma que a chamada burguesia nacional hoje tem um peso econômico insignificante na estrutura de dominação, ou na repartição do comando da estrutura de produção material. A ironia reside em que a grande parcela das classes dominantes de caráter estritamente nacional está no campo. E este, pelo seu caráter subornado no processo produtivo, confere à burguesia nacional agrária e aos latifundiários, um peso político descendentes. A nível do setor industrial, a burguesia nacional também tem um peso específico que é declinante desde há muito tempo. Os dois outros pés desse tripé evoluíram de forma diferente. O Estado cresceu enormemente como produtor direto; suas empresas hoje respondem pela totalidade da produção de energia elétrica, pela totalidade da produção de combustíveis, pela totalidade de produção de certos insumos básicos, como o aço; enfim, estruturou-se um con-

junto enorme de empresas estatais que são, também, de estruturação, de comportamento e de reprodução típica e caracteristicamente monopolísticas, isto é, espaços e mercados econômicos reservados para a operação das grandes empresas estatais. E o outro pé do tripé que é o capital estrangeiro, comandando a parcela mais importante dos ramos dos chamados bens de consumo duráveis, e parcela também importante da própria produção de bens de capital, penetrando já agora na própria produção dos chamados bens de consumo não duráveis". (OLIVEIRA, 1977:122/3).

O "milagre" foi construído através da articulação de interesses entre esses três pés do tripé que na verdade conjugou os interesses do capital estrangeiro, mais que com os interesses da burguesia nacional. Isso fez com que contraditoriamente, a burguesia nacional ficasse numa posição subalterna. Dessa forma o Estado, mesmo quando exercia diretamente o papel produtivo (pois ele tinha agora interesses específicos na expansão dessas atividades nas quais estava ligado ao capital estrangeiro) ficou impossibilitado de organizar uma nova relação com as classes sociais subordinadas. Porque contraditoriamente esta expansão requereu um corte para excluir as classes subordinadas, para se poder aumentar a exploração, e para direcionar os recursos do Estado para sustentar e ampliar a exploração. Além do que, para se poder ter nas empresas estatais uma acumulação vigorosa, foi importante para essas empresas manterem os salários a níveis extremamente baixos, beneficiando assim a reprodução do capital estrangeiro e do próprio capital da burguesia nacional, o que efetivamente tornou impraticável a organização de novas relações entre o Estado e as classes subordinadas.

O que se assistiu foi portanto um profundamento da ação de intervenção do Estado, requisito indispensável para fundar as condições institucionais do processo de oligopolização da economia, ou por outras palavras: "não há capitalismo monopolista *sem* o Estado, sem a estatização, sem a conversão dos fundos públicos numa espécie de pressuposto geral do capital. A estatização a que se opunha o capital estrangeiro era a estatização que se fazia *contra* os seus interesses. Ao contrário de uma confrontação, o pós-64 levou à soldagem de interesses entre o Estado e o capital estrangeiro, e *essa* estatização *não é* antagônica ao capital. Os anos do "milagre", 68 a 73, na verdade foram o resultado da aplicação sistemática da política que atendia a esses dois interesses específicos e que levaram, no fundo, a reproduzir em escala ampliada tanto o papel quanto a potência de cada um desses agentes específicos". (OLIVEIRA, 1977: 125).

O incremento às políticas de incentivos às fusões, a concentração de capitais conjugado com uma conjuntura internacional que apresentava uma alta liquidez de capital possibilitando a exportação desses capitais, além, dos meios e de recursos financeiros viabilizaram a expansão dessas atividades econômicas no Brasil. Houve um aproveitamento dessas condições internacionais para se implantar a política econômica em vigor, conforme já apontamos anteriormente. De qualquer modo, os fundamentos dessa política foram implantados antes de 1968, mas os seus resultados só apareceram no pós-64. A alta liquidez internacional era oriunda da reemergência de potências capitalistas — Japão, Alemanha Federal, e mesmo a França — lado a lado, com a redução sistemática da influência norte-americana em regiões da África e à inversão das relações entre os USA e o Mercado Comum Europeu. A dialética dessa inversão de relações está no fato de que, à primeira vista, ela se chocava contra a evidência da forte presença das empresas dos USA na economia internacional. Dialeticamente, essa forte presença somente pode se dar quando o capital norte-americano se “nacionalizou”. O que quer dizer, quando ele assumiu a forma de capital que necessita dos Estados nacionais para poder se reproduzir. E neste processo, é bom que se diga, foi revitalizada a competição intercapitalista.

“A peculiar conformação do tripé da propriedade no Brasil e de suas relações com as classes subordinadas tomou, das condições internacionais, o elemento de sua viabilização. E assistiu-se à injeção de capitais estrangeiros no Brasil, seja diretamente, em capitais de risco, seja através dos empréstimos de governo a governo. A política foi dirigida no sentido de reforçar os mecanismos, mediante os quais essa estruturação monopolística podia ser acabada, podia ser completada, de tal forma que o controle dos setores produtivos básicos estivesse já agora concentrado num número razoavelmente pequeno de grandes corporações nacionais, estatais e as chamadas multinacionais. É aqui que comparece o elemento específico da crise de conjuntura pela qual passa hoje a economia brasileira. Uma crise que, advirta-se desde logo, é uma crise de conjuntura, não uma crise que esteja anunciando por si mesma o limite do sistema capitalista no Brasil. *O limite do sistema capitalista no Brasil não se dará apenas pela crise entre as diversas formas do capital; serão as classes subordinadas que darão esse limite.* Isto é importante para a reflexão política, pois hoje, mais do que ontem, o sistema econômico no Brasil comporta-se de forma que é semelhante, muito parecida ao comportamento cíclico de qualquer economia capitalista. Esta tem os seus momentos de auge da acumulação, de crescimento, e tem os seus momentos de baixa do processo de acumulação e do processo de crescimento. Não necessariamente essas crises significam o fim do

sistema, mas apenas que se está em presença de uma baixa conjuntural do ciclo. É importante para a reflexão política, porque da apreciação desse tipo de crise é que podem surgir indicações sobre o próprio processo político e sobre o comportamento político das forças que estão em oposição à forma pela qual a economia se expande, e que estão, portanto, também em oposição à forma específica desse processo político que rege a vida política e social na Nação”, afirma OLIVEIRA, 1977:126/7, procurando crivar a conjuntura atual e criar as perspectivas de sua superação.

Assim, as condições internacionais que viabilizavam a expansão interna da economia nacional mudaram, a luta entre as potências capitalistas, agora mais poderosas, na verdade, tinha conduzido, por exemplo, à disputa pelo controle das fontes de matérias primas. A chamada crise das matérias primas não era mais do que um reflexo da luta pelo controle das fontes de recursos naturais dos países sub-desenvolvidos em geral. Veja-se o exemplo do Japão que é praticamente cem por cento dependente de matérias primas fundamentais.

A crise atual do capitalismo internacional, que está em plena eferescência, com avanços e recuos tem sua expressão mais drástica na chamada crise do petróleo. Essa crise colocou à tona a impossibilidade de, a médio prazo, restabelecer-se dinamicamente o processo de acumulação, pois dentre as matérias primas em geral, o petróleo que é um dos elementos mais importantes do capital constante, desequilibrou a equação de reprodução até então vigente, que por sua vez estava construída sobre preços puramente políticos. O conjunto desse processo levou a uma profunda modificação nas condições internacionais, transformando a situação de alta liquidez internacional de capitais numa situação de baixa liquidez internacional de capitais.

O Brasil que viabilizou “sua expansão econômica fundada nessa simbiose entre o seu processo particular de reprodução de capital e as condições internacionais, de repente se encontra num beco sem saída. A crise econômica de hoje no Brasil, uma crise de conjuntura, sem dúvida nenhuma, é em boa medida, resultado dessa assincronia entre as condições específicas de reprodução interna do capital” (OLIVEIRA(1977:130).

Dessa forma para entendermos tanto a posição do tripé que aí está, quanto suas relações com as classes sociais subordinadas temos que entender que há uma consolidação e aprofundamento da tendência a desaparecerem as fronteiras que separavam o público e o privado, porque no capitalismo monopolista, o Estado é simultaneamente público e privado. É público porque transformou-se no capital

geral; é privado porque é atuando na sua esfera particular que realiza sua produção. Tudo isto, de certa forma, cria as condições para que as classes sociais subordinadas questionem a totalidade do processo de reprodução capitalista monopolista. E seu projeto sócio-econômico-político passa a ser postulado e colocado como a única alternativa para o rompimento do impasse sobre o qual se assenta o tripé dominante. Seu projeto, o das classes sociais subordinadas, tem que ser imposto ao conjunto da sociedade, e a saída do proletariado, certamente, o levará a postular o socialismo.

1.4 — O BRASIL NO CONTEXTO DA GEOGRAFIA DA DOMINAÇÃO MONOPOLISTA

Desenvolvidas as condições internas necessárias e fundamentais à dominação monopolista internacional, o Brasil, ficou inteiramente à mercê do processo de desenvolvimento capitalista mundial. É óbvio que o limite dessa dominação será dado pelas classes trabalhadoras. Enquanto isso as classes dominantes desenvolvem sua política interna de super-exploração da força de trabalho para que a acumulação se dê em todos os níveis. É óbvio, também, que a aliança de classes e segmentos de classes do bloco no poder, desenvolvem internamente o processo de desenvolvimento capitalista monopolista cada vez mais internacionalizante, tornando as relações de exploração e dominação sem fronteiras e sem pátria. É como se o planeta fosse um único país, e o é, pois, é o país do capital sem pátria e sem fronteiras. um único país, e o é, pois, é o país do capital, sem pátria e sem fronteiras.

É esse o processo que se pode observar nos estudos das relações comerciais entre o Brasil e exterior. É a comprovação daquilo que EMMANUEL (1972) BETTELHEIM (1972) AMIN (1976) desenvolveram em seus estudos sobre o intercâmbio desigual.

Torna-se importante salientar, como fez FOLKE (1973) que os geógrafos devem encaminhar as discussões de controvérsias, tais como, a questão da exploração pelo comércio versus a exploração pelo investimento, porém não podemos esquecer os lembretes de BETTELHEIM (1972) de que o imperialismo é um relacionamento entre as classes em países diferentes. E não como fazem costumeiramente os geógrafos ao analisarem o comércio existente entre várias empresas de países diferentes, tratam-no como se fosse o comércio entre países em si. Ou seja, o imperialismo aparece na Geografia como se fosse um relacionamento entre áreas, criando uma confusão entre as relações povo/classes/instituições como se fosse relações entre áreas/nações. O processo de desfiguração das relações entre classes, apresentada como relações entre áreas está sem dúvida alguma, com-

prometida politicamente com a ideologia capitalista, que procura coisificar as relações de classes. SANTOS (1979) também nos alerta sobre os equívocos que os geógrafos devem evitar na abordagem do comércio internacional.

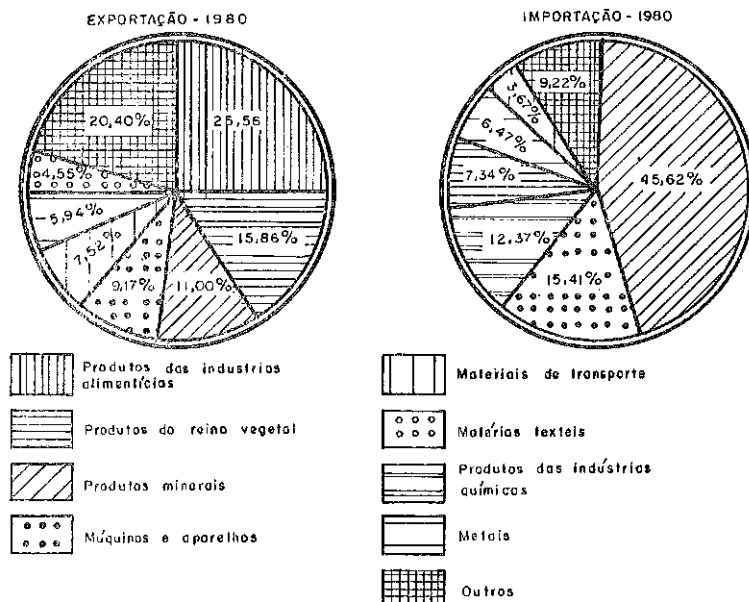
Dessa forma procuramos justificar a utilização dos dados por países, procurando sempre que possível esclarecer, através de um "quem é quem" no comércio externo do Brasil. Entretanto, quer nos parecer que os resultados espelham perfeitamente a situação de dominação da economia brasileira pela economia capitalista monopolista internacional.

Embora as transformações recentes do país levassem a se pensar que haveria uma alteração na divisão internacional do trabalho, tal fato, não vem ocorrendo pois o gráfico 7, mostra claramente que ainda dependemos da importação de produtos industrializados (40%) e de uma exportação ainda ligada aos produtos agrícolas, matérias primas minerais (27%³ e manufaturados ligados às indústrias têxteis, alimentares e de bebidas (30%) perfazendo um total de 57% dos produtos exportados.

GRÁFICO 7

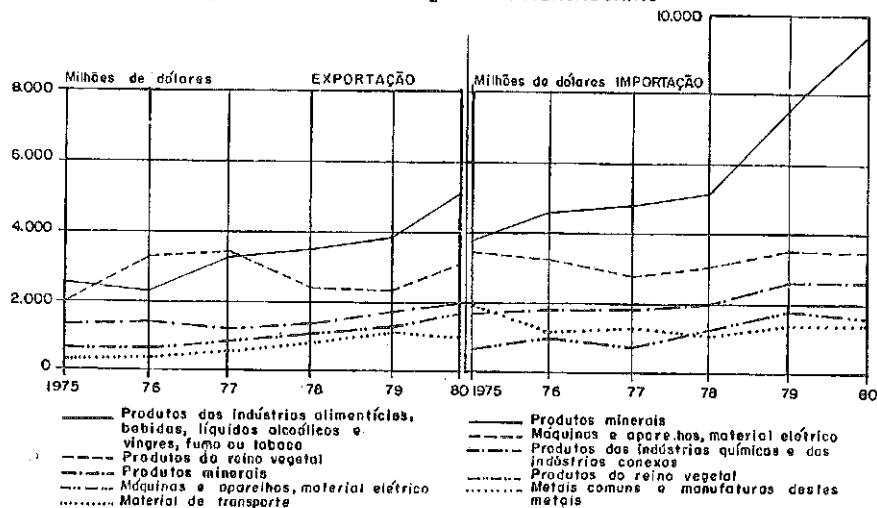
COMÉRCIO EXTERIOR:

VALOR, SEGUNDO AS PRINCIPAIS SEÇÕES DE MERCADORIA



E mais, se observarmos o gráfico 8 podemos verificar que no último quinquênio o comportamento dos principais produtos na pauta do comércio exterior tem sido o mesmo, com exceção do petróleo que aumenta mais rapidamente no das importações. Com relação aos produtos da pauta de exportação estamos conhecendo um aumento dos produtos manufaturados, dos produtos de origem vegetal e dos produtos minerais. Isto significa que continuamos na mesma trilha do desenvolvimento dominado.

GRÁFICO 8
COMÉRCIO EXTERIOR: PRINCIPAIS SEÇÕES DE MERCADORIAS

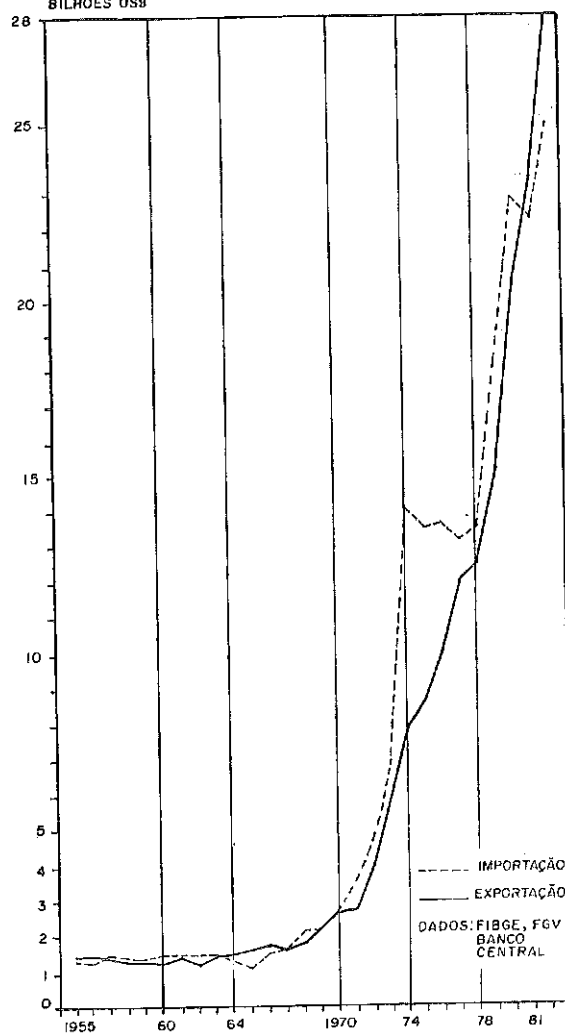


Dessa forma embora MASSIAH (1977) coloque o Brasil entre os países que constituem ponta de lança do imperialismo, convém esclarecer que esta posição deve ser entendida no contexto maior do próprio capitalismo monopolista onde o que importa é o lucro e não a sua forma, cor ou pátria. Assim o essencial passa a ser a internacionalização do capital e o problema dos países passa a ser o lugar que ele ocupa na divisão internacional desigual do trabalho.

Como ponta de lança do imperialismo, ou como sub-imperialismo como prefere MARINI (1969) a questão da dominação capitalista tem suas raízes nas alianças das classes dominantes que ocupam o poder neste país. E as "saídas" econômicas para as crises tem sido sempre uma maior inserção da economia brasileira no seio do monopólio internacional.

Estas colocações ficam claras quando estudamos a evolução do comércio exterior nos últimos 25 anos conforme demonstra o gráfico 9.

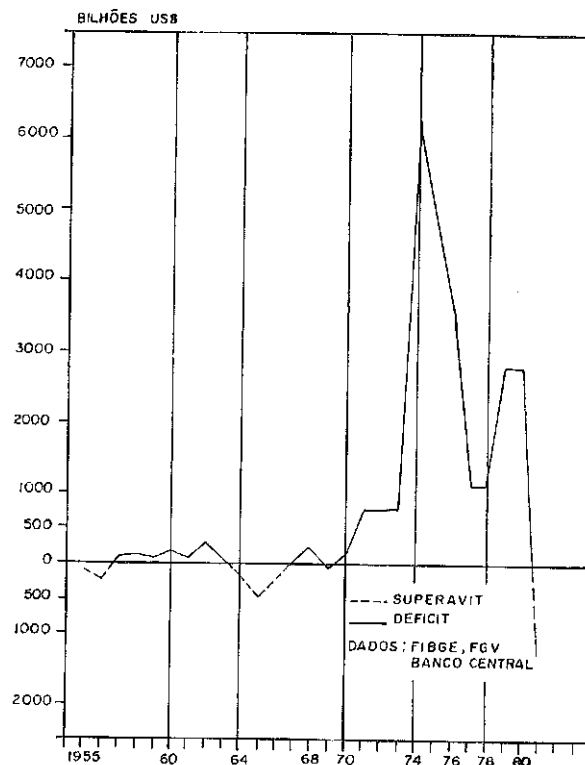
GRÁFICO 9
BRASIL: COMÉRCIO EXTERIOR (TOTAL)
BILHÕES US\$



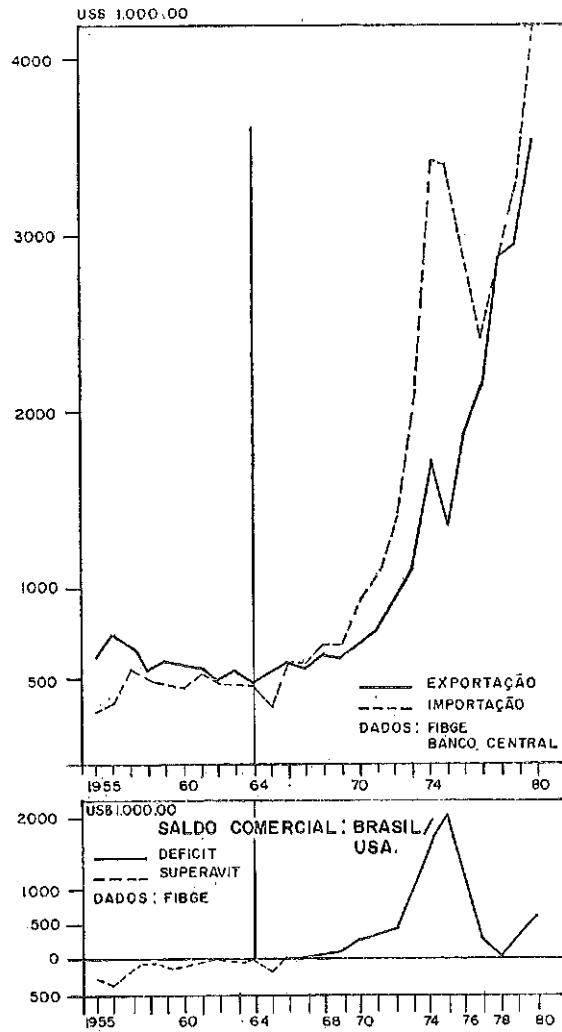
Cabe salientar para este caso que o aspecto mais importante desse fato é o comportamento ascendente das exportações e importa-

ções (principalmente) pós 1964, o que significou para o país a sua inserção praticamente total no contexto do capitalismo monopolista internacional. Essa inserção significou também uma elevação do déficit na balança comercial, conforme demonstra o gráfico 10.

GRÁFICO 10

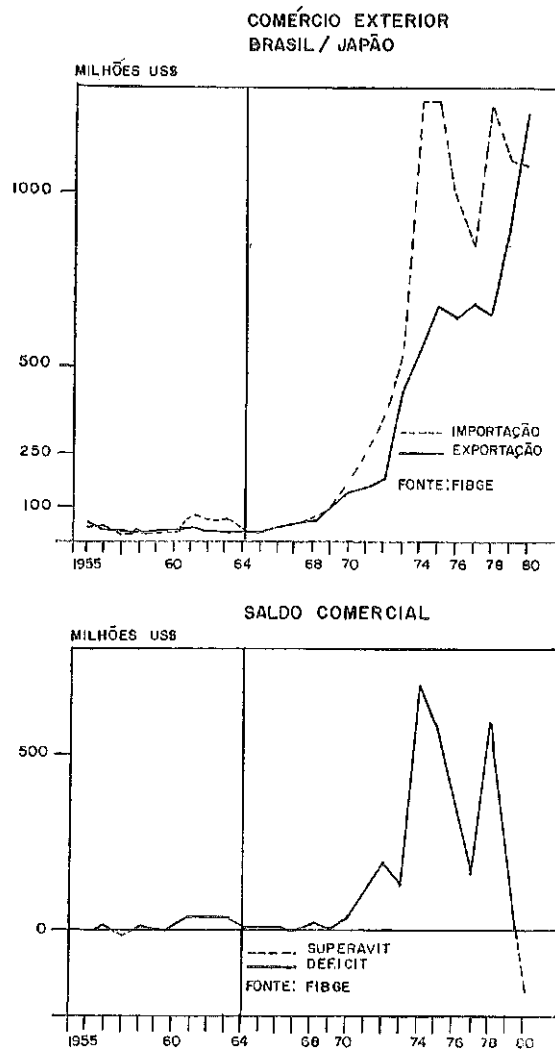
BRASIL : COMÉRCIO EXTERIOR
SALDO COMERCIAL

Mas a análise do comércio externo do Brasil ganha esclarecimento quando verificamos, também nos últimos 25 anos, a evolução do comércio com os diversos países. Primeiro destaque para os EUA, gráfico 11, onde podemos observar a situação de superávit da balança comercial com o Brasil até (coincidentemente) 1965, após o que o déficit cresce praticamente proporcional ao conjunto do déficit total da balança comercial brasileira. É evidente que este fato está ligado às transformações ocorridas neste país de 1964 para cá.

GRÁFICO 11. COMÉRCIO EXTERIOR:
BRASIL/USA

O mesmo fato repete-se quando analisamos a situação em relação ao Japão e a Alemanha Ocidental, gráficos 12 e 13. Isso sem dúvida, vem comprovar nossa colocação anterior de que os benefícios da elevação das exportações se faziam em benefício dos grupos internacionais norte americanos, alemães, japoneses, etc..

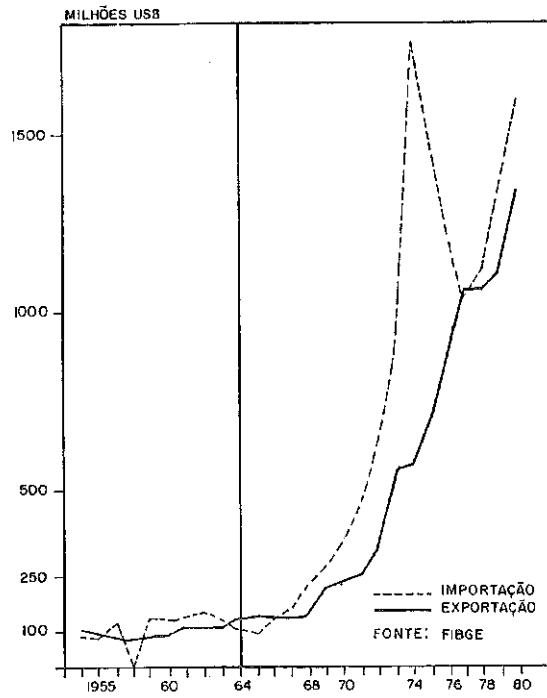
GRÁFICO 12



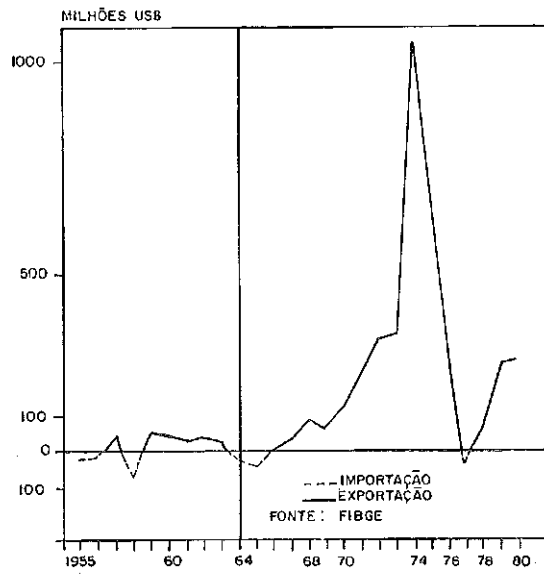
A situação geral do comércio externo brasileiro é semelhante se analisarmos outros países tais como França, Suíça e Suécia como aparece no gráfico 14, porém o processo torna-se inverso quando analisamos a evolução do balanço comercial com o Paraguai e a Bolívia. (gráfico 15) É como se o processo se invertesse, o que realmente ocorre, pois para o Brasil passa a ser drenado parte do lucro que se-

GRÁFICO 13

COMÉRCIO EXTERIOR
BRASIL/ALEMANHA OCIDENTAL



SALDO COMERCIAL
BRASIL/ALEMANHA OCIDENTAL



rá acumulado internacionalmente. Enfim, a posição do Brasil no contexto da divisão internacional desigual do trabalho passa a ser diferente em relação aos velhos parceiros da América Latina. O ano de 1964 é sem sombra de dúvida, marco político para essa realidade vivida hoje pelo comércio externo. É o processo de drenagem internacional com seus vários entrepostos de passagem do capital.

GRÁFICO 14

BRASIL: COMÉRCIO EXTERIOR

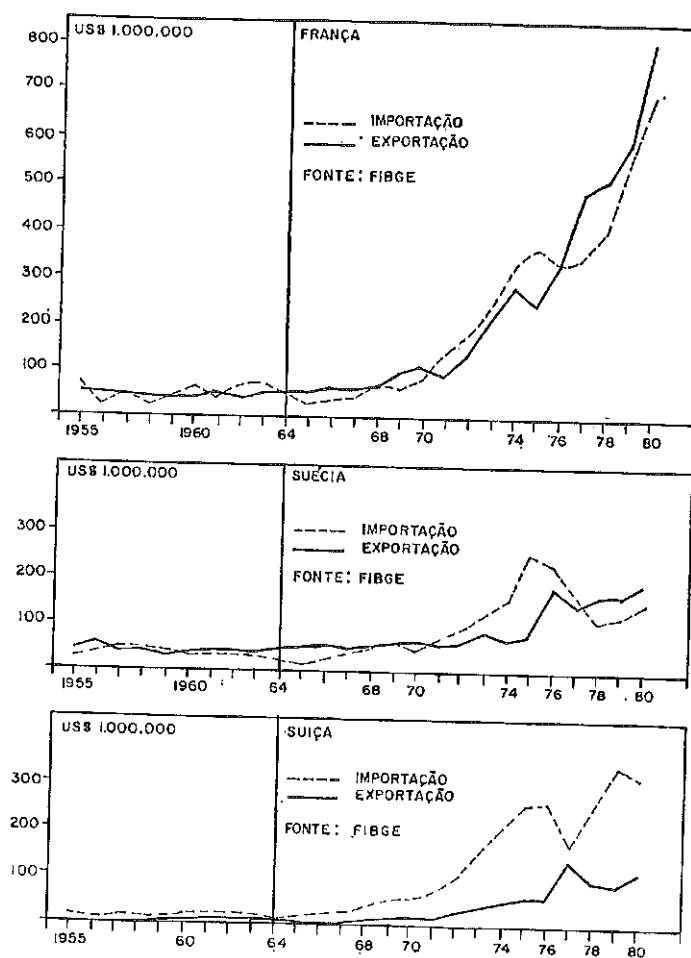
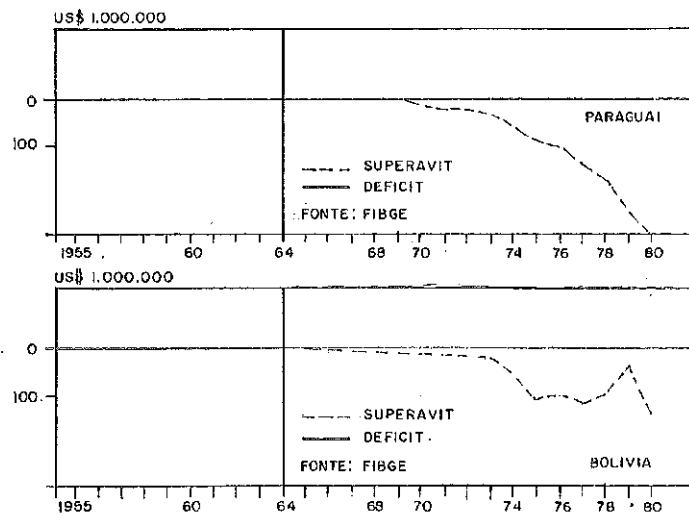


GRÁFICO 15

BRASIL: COMÉRCIO EXTERIOR
SALDO COMERCIAL

Essa realidade é válida também para outros países do bloco monopolista, exemplos do gráfico 16.

Já com relação ao gráfico 17 a situação passa a ser interessante, já que se trata do comércio com países da OPEP, pois enquanto o déficit aumenta com relação à Arábia Saudita, por exemplo, ela se inverte com relação ao superavit recente no comércio externo com a Venezuela, fruto obviamente do aumento das exportações para aquele país.

Fato da maior importância está na evolução do comércio externo como o bloco socialista, gráfico 18. Nesse caso tem havido um superavit crescente na balança comercial, tal e qual, vem ocorrendo com os países capitalistas dominados, como é o caso da Espanha, gráfico 19.

Esse aumento do superavit comercial com a URSS, Polônia etc., por exemplo, demonstram claramente que até os países socialistas estão participando do processo internacional de acumulação do capital, já que esses saldos comerciais todos no conjunto não cobrem o rombo provocado pelo déficit com os USA, Alemanha Ocidental, Japão etc.

GRÁFICO 16

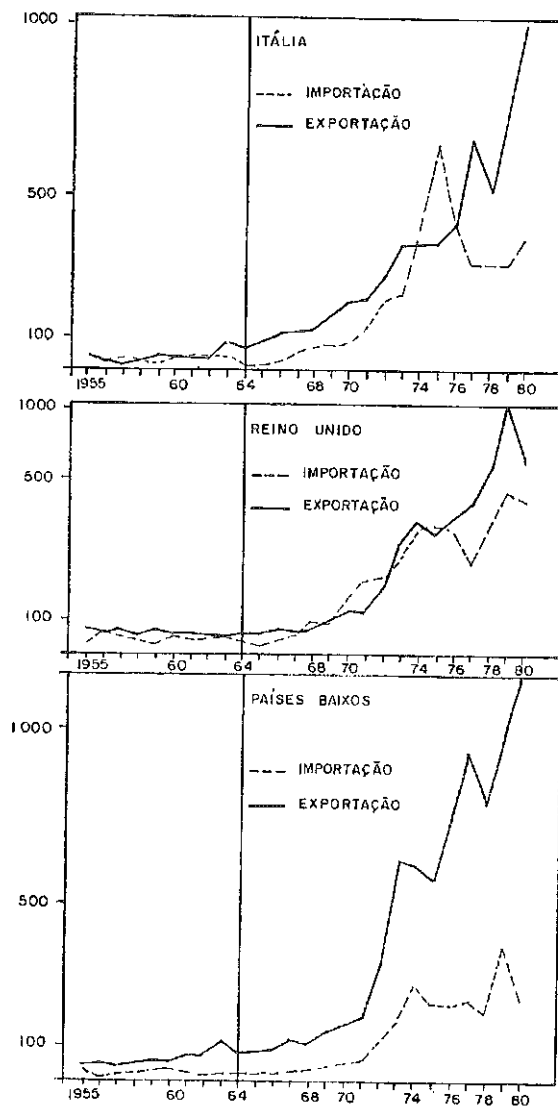
BRASIL: COMÉRCIO EXTERIOR
(MILHÕES US\$)

GRÁFICO 17 COMÉRCIO EXTERIOR
BRASIL / VENEZUELA

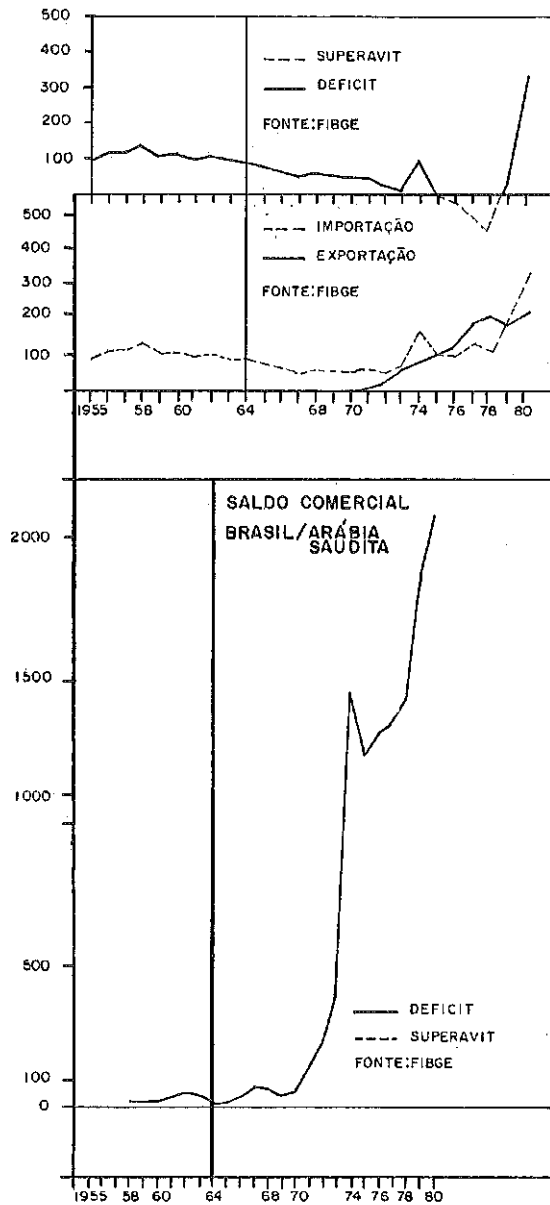


GRÁFICO 18 BRASIL: COMÉRCIO EXTERIOR (MILHÕES US\$)

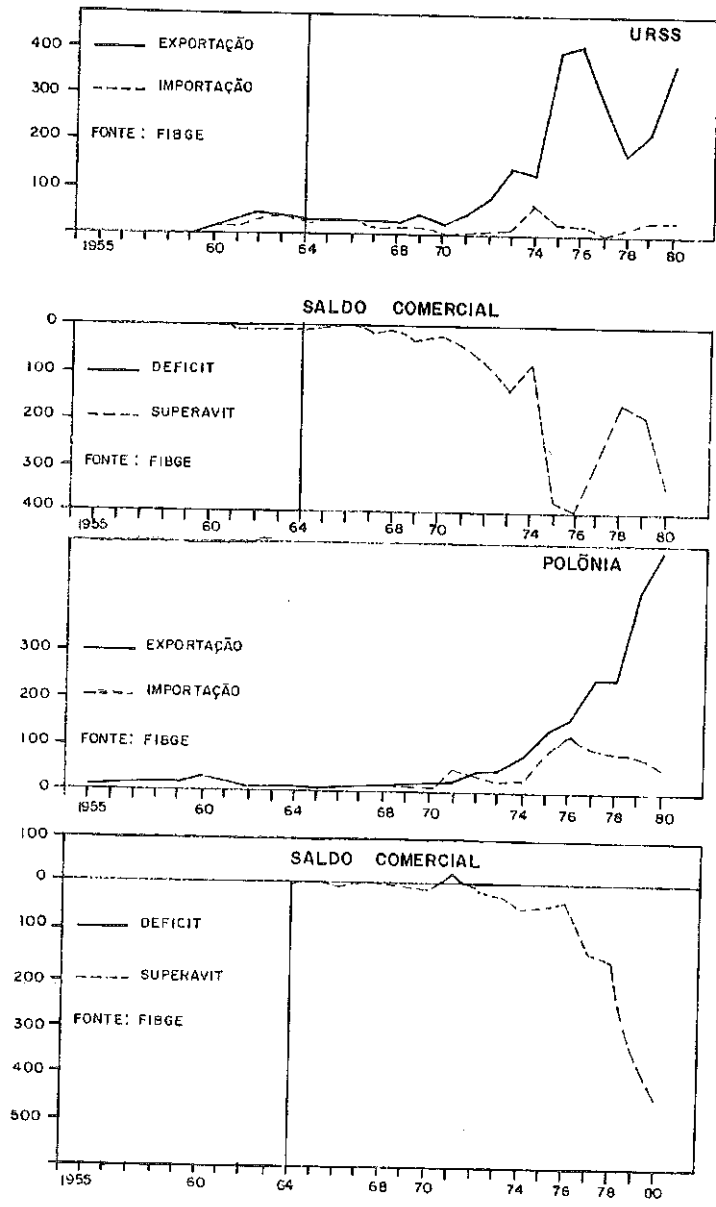
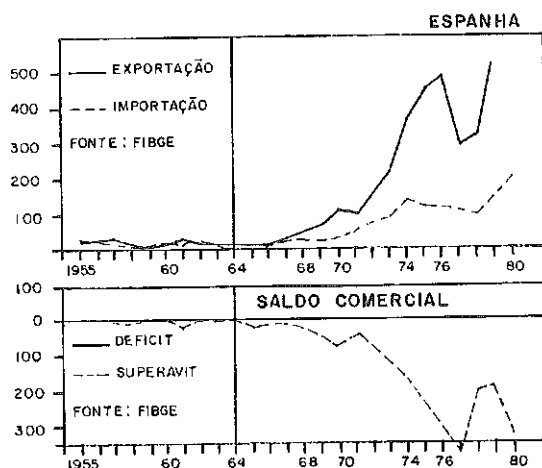


GRÁFICO 19 BRASIL: COMÉRCIO EXTERIOR



Assim o Brasil vem assistindo nos últimos anos o processo de internacionalização de sua economia através de uma multinacionalização de sua produção que pode ser comprovada nos trabalhos de BANDEIRA (1975), MIROW (1978), PEREIRA (1974) e expressa na participação destes velhos trustes (Multinacionais) na pauta das exportações brasileira. Analisando o conjunto das exportações no Brasil em 1977 por exemplo, encontraremos entre as 150 maiores empresas exportadoras (daqui) 56 multinacionais que foram as responsáveis por 55,6% das vendas ao exterior. Ficando 32,3% para as empresas estatais e 12,1% para as empresas nacionais. Já em 1980 tivemos entre as 200 principais empresas importadoras, cerca de 100 multinacionais que foram responsáveis por 56% das exportações e 38% das importações. As estatais representavam cerca de 30 empresas que ficaram com 34% das exportações e 35% das importações, e as empresas privadas nacionais que eram 70 ficaram com 10% das exportações e 27% das importações. Esse fato é a comparação inequívoca daquilo que OLIVEIRA (1977) fala do tripé no poder no Brasil, ao mesmo tempo que é também a comprovação inequívoca do papel dominante das multinacionais e estatais sobre o capital nacional privado. Entre essas empresas exportadoras encontramos: SANBRA, CARGILL, VOLKSWAGEM, PHILCO, ANDERSON CLAYTON, MERCEDES BENZ, IBM, FORD, CHRYSLER, SWIFT, FIAT, GENERAL MOTORS, CATERPILAR, SAAB SCANA, PHILIPS, PIRELLI etc. lado a lado com as estatais: VALE DO RIO DOCE, IAA e PETROBRAS (INTERBRAS) etc.

Ainda com relação ao comércio externo do Brasil devemos demonstrar que a participação relativa dos países capitalistas dominantes, como os USA, no total das exportações brasileiras, conforme demonstra a tabela 6.

Neste caso podemos observar que os USA passou de uma participação de 42,26% em 1955 para 17,43% em 1980 no que se refere as exportações, enquanto que sua participação nas importações brasileira passa a ser a cada ano mais significativa, pois passou de 23,63% em 1955 para 32,22% em 1970, declinando em 1980 para 17,86%. Fato semelhante ocorre com o Canadá. Entretanto países como a Espanha, Paraguai e URSS o processo é exatamente o inverso.

Cabe ainda ressaltar, também, a situação geral do comércio externo brasileiro em 1975 (tabela 7) quando tivemos uma participação dos USA em 15,42% das exportações e 24,91% das importações, provocando por consequência uma participação em 31,21% no déficit comercial. Essa situação se acentuou com a participação igual do Canadá, Japão, Comunidade Econômica Européia, Associação Européia do Livre Comércio, gerando uma participação total do bloco capitalista dominante de 61,45% das exportações para 67,11% das importações e uma participação no déficit de 62,40%. Situação bem diversa ocorreu com a participação de bloco socialista que ficou com 10,26% das exportações e 1,71% das importações, permitindo assim uma participação no superavit geral daqueles países que o tiveram, de 39,99%. Caso semelhante aconteceu com o comércio com a América Latina (principalmente) Ásia (exceto Japão) e África já em menor escala. Para a América Latina tivemos uma participação total de 15,80% das exportações para 6,37% das importações, e uma participação no saldo favorável de 30,64%. Esse quadro permite afirmar que o saldo favorável no comércio externo com os países latino americanos, asiáticos, africanos e socialista é que vem amenizando o déficit crescente no comércio com o bloco capitalista dominante.

Acompanhando o conjunto das economias capitalistas dominantes os países do Oriente Médio (território das 7 irmãs multinacionais do petróleo) vem participando cada vez mais significativamente (37,14%) do déficit comercial brasileiro, fato esse que pode ser acentuado em função do processo de alta que os antigos preços políticos do petróleo vem alcançando no mercado internacional.

Se observarmos os dados de 1980 (tabela 8) veremos que a situação está em processo de alteração pois o déficit com os EUA está em decréscimo chegando em 1980 a representar 7% do total, sendo que os países do Oriente Médio representa 83% desse déficit.

TABELA 6

EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR DE 1955 A 1980

	bilhões	US\$	Brasil (total)	USA	Canadá	Japão	Alemanha Occidental	Espanha	Paraguai	URSS
1955	expor- tação	US\$	1.423,2	601,4	15,1	56,2	104,4	26,6		
		%	100	42,26	1,06	3,95	7,34	1,87		
	impor- tação	US\$	1.306,8	308,8	12,4	45,1	87,7	29,5		
		%	100	23,63	0,95	3,45	6,71	2,26		
1960	expor- tação	US\$	1.268,7	563,6	16,6	30,7	89,9	14,5	0,9	13,3
		%	100	44,42	1,31	2,42	7,09	1,14	0,07	1,05
	impor- tação	US\$	1.462,1	443,1	15,9	37,9	135,8	21,2	0,4	17,5
		%	100	30,31	1,09	2,59	9,29	1,45	0,03	1,20
1965	expor- tação	US\$	1.595,4	520,1	24,8	29,9	141,4	24,5	2,2	29,2
		%	100	32,60	1,55	1,87	8,86	1,54	0,14	1,83
	impor- tação	US\$	1.086,4	325,3	12,8	36,7	96,2	6,5	0,4	34,9
		%	100	29,94	1,18	3,38	8,85	0,60	0,04	3,21
1970	expor- tação	US\$	2.738,9	676,0	40,5	144,9	235,5	107,1	11,1	21,2
		%	100	24,68	1,48	5,29	8,60	3,91	0,41	0,77
	impor- tação	US\$	2.849,2	918,1	70,8	177,8	359,4	32,2	1,4	3,4
		%	100	32,22	2,48	6,24	12,61	1,13	0,05	0,12
1975	expor- tação	US\$	8.669,9	1.337,3	136,2	671,9	701,7	364,4	118,3	397,3
		%	100	15,42	1,57	7,75	8,09	4,20	1,36	4,58
	impor- tação	US\$	13.592,4	3.386,6	232,2	1.256,4	1.460,7	115,8	27,9	24,7
		%	100	24,91	1,71	9,24	10,74	0,85	0,21	0,18
1980	expor- tação	US\$	20.132,4	3.509,6	242,6	1.231,9	1.337,1	521,3	409,2	370,2
		%	100	17,43	1,21	6,12	6,64	2,59	2,03	1,84
	impor- tação	US\$	22.955,2	4.101,0	814,2	1.065,9	1.594,3	197,8	91,6	31,0
		%	100	17,86	3,55	4,64	6,95	0,86	0,40	0,14

Dados: FIEGE

TABELA 7

COMÉRCIO EXTERIOR: BRASIL -- 1975 --

BILHÕES US\$	Exportação		Importação		Balança		
	US\$	%	US\$	%	US\$	%	%
USA	1.337,3	15,42	3.386,5	24,91	-2.049,2	31,21	—
Canadá	136,2	1,57	232,2	1,71	-96,0	1,46	—
Japão	671,9	7,75	1.256,4	9,24	-584,5	8,90	—
CEE	2.411,9	27,82	3.349,7	24,64	-937,8	14,28	—
EFTA	310,2	3,58	740,6	5,45	-430,4	6,55	—
Europa (outros)	459,9	5,30	156,1	1,15	303,8	—	18,48
Europa Ocidental	3.182,0	36,70	4.246,4	31,24	-1.064,4	20,83	—
Sub total	5.327,4	61,45	9.121,5	67,11	-3.794,1	62,40	—
Europa Oriental	425,0	4,90	206,3	1,52	218,7	—	13,30
URSS	397,3	4,58	24,7	0,18	372,6	—	22,66
China	67,3	0,78	1,1	0,01	66,2	—	4,03
Sub Total	889,6	10,26	232,1	1,71	657,5	—	39,99
América Latina	1.369,9	15,80	866,1	6,37	503,8	—	30,64
Ásia	117,9	1,36	79,1	0,58	38,8	—	2,36
África	369,7	4,26	321,8	2,37	47,9	—	2,91
Oceania	27,6	0,32	57,6	0,42	-30,0	0,46	—
Sub Total	1.885,1	21,74	1.324,6	9,74	560,5	—	35,91
Oriente Médio	475,7	5,49	2.914,2	21,44	-2.438,5	37,14	—
Outros	92,2	1,06	—	—	92,2	—	5,62
Brasil							
TOTAL	8.669,9	100	13.592,4	100	-4.922,5	100	100
dados: FIBGE							
						Participação no Balança	79,98 20,02

TABELA 8
COMÉRCIO EXTERIOR — BRASIL — 1980

bilhões US\$	Exportação		Importação		Balança		
	US\$	%	US\$	%	US\$	— %	+ %
USA	3.509,6	17,43	4.101,0	17,86	—591,4	7,31	—
Canadá	242,6	1,21	814,2	3,55	—571,6	7,07	—
Japão	1.231,9	6,12	1.065,9	4,64	+166,0	—	3,15
CEE	5.346,2	26,56	3.513,4	15,31	+1.832,8	—	34,82
EFTA	655,0	3,25	621,7	2,71	+33,3	—	0,63
Europa (outros)	521,3	2,59	197,8	0,86	+323,5	—	6,15
Europa Ocidental	6.522,5	32,40	4.332,9	18,88	+2.189,6	—	41,60
Sub Total	11.506,6	57,15	10.314,0	44,93	+1.192,6	—	22,66
Europa Oriental	936,4	4,65	217,8	0,95	+718,6	—	13,65
URSS	370,2	1,84	31,0	0,14	+339,2	—	6,45
China	72,2	0,36	244,1	1,06	—171,9	2,13	—
Sub Total	1.378,8	6,85	492,9	2,15	+885,9	—	16,83
América Latina	3.526,7	17,51	2.695,8	11,75	+890,9	—	15,79
Ásia	702,3	3,49	255,4	1,11	+446,9	—	8,49
África	1.154,3	5,73	1.107,2	4,82	+47,1	—	0,89
Oceania	97,7	0,48	30,9	0,13	+66,8	—	1,27
Sub Total	5.481,0	27,21	4.089,3	17,81	+2.277,6	—	43,28
Oriente Médio	1.039,5	5,16	7.790,3	33,94	—6.750,8	83,49	—
Outros	726,5	3,63	268,7	1,17	+427,8	—	8,70
Brasil							
TOTAL	20.132,4	100	22.955,2	100	—2.823,8	100	100
dados: FIBGE						Participação no balanço	56,80 43,20

Dessa forma o saldo positivo no conjunto dos países europeus ainda não são suficientes para cobrir o rombo do comércio exterior com os EUA, Canadá e países produtores de petróleo.

Este quadro mostra claramente a situação de dominação em escala internacional onde o Brasil ocupa seu lugar no contexto da exploração e acumulação monopolista. Esse lugar, do Brasil é decididamente, de "intermediário" ou de "posto de repasse" do capital para as multinacionais aqui implantadas. Pois parte da mais-valia aqui produzida é realizada fora de nossas fronteiras principalmente na América Latina, Bloco Socialista, África Ásia, no conjunto do processo desigual de repartição do comércio internacional, mas acumulada nas matrizes das multinacionais: EUA, CEE e Japão.

Assim o processo de acumulação capitalista monopolista torna-se claro, evidente, pois participa duplamente do processo de exploração, primeiro com a determinação de um preço desigual para a mesma quantidade de trabalho em produtos iguais, segundo pela determinação de uma repartição desigual dos frutos do comércio internacional. É o processo de internacionalização do capital onde certamente logo não haverá lugar para os estados/nações, como pode-se observar pelas propostas dos banqueiros internacionais através do Banco Mundial, sobre o gerenciamento das economias dos muitos países endividados do bloco capitalista dominado. Para os países dominados o ser estado/nação nada mais é do que o engodo de que ainda somos independentes.

1.5 — CONSIDERAÇÕES FINAIS

A guisa de considerações finais gostaríamos de realçar no conjunto do comércio exterior brasileiro o aumento acelerado das exportações e importações nos últimos anos. É evidente que esse fato só foi possível graças a inserção do país cada vez mais no contexto do capitalismo monopolista.

Devemos destacar também que todo esse incremento na produção em geral no país se fez preferencialmente interessando o processo de acumulação capitalista internacional e não interessando os seus verdadeiros produtores, os trabalhadores brasileiros.

E dessa forma o que se assistiu nos últimos 20 anos foi um processo de distribuição desigual dos frutos do trabalho aqui realizado. É o que podemos constatar pela tabela 9. Em 1960, 50% da população pobre recebeu enquanto (0,24) do salário mínimo, ou melhor, 80% da população ativa recebia rendimento médio mensal in-

ferior ao salário mínimo. Seria bom lembrar que nesse ano o país tinha a maior parcela de sua população no campo.

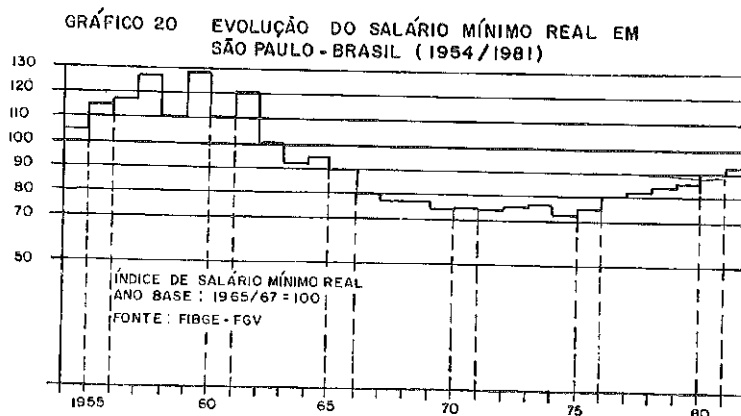
TABELA 9
DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NACIONAL NO BRASIL
RENDIMENTO MÉDIO MENSAL EM SALÁRIO MÍNIMO

	1960	1970	1980	≠60/ 70%	≠70/ 80%	≠60/ 80%
A — 50% pobres	0,24	0,45	0,74	188	164	308
B — 30% seguintes	0,76	1,11	2,00	146	180	263
% sobre A	317	247	270			
C — 15% seguintes	1,59	2,70	5,36	170	199	337
% sobre A	663	600	724			
D — 5% ricos	4,35	7,59	19,51	174	257	449
% sobre A	1.813	1.687	2.636			

FONTE: FIBGE — FGV

Outro dado a ser destacado na tabela 9 é a continuação da situação de pobreza que vive mais de 50% da população pobre que ainda em 1980 recebia rendimento médio mensal inferior a um salário mínimo. Enquanto isso tínhamos os 5% mais ricos recebendo 4,35 salários mínimos em 1960 e passando para 19,5 salários em 1980. Como podemos observar a defasagem entre os 50% pobres e 5% ricos aumentou mais em 1980, passando para 2.636% a mais que os 50% pobres, pois em 1960 essa diferença era de 1813%. Com relação ao crescimento entre 60 e 80 tivemos um aceleração da concentração de renda na década de 70, pois os 5% mais rico cresceram 257%. E esse fato fica mais evidente quando verificamos o período de 60 a 80, onde este segmento da população ativa cresceu 44%. É o processo acelerado da concentração de renda que faz com que o fruto do trabalho não retorne ao trabalhador, mas vai acumular-se nas mãos dos 5% da população mais rica.

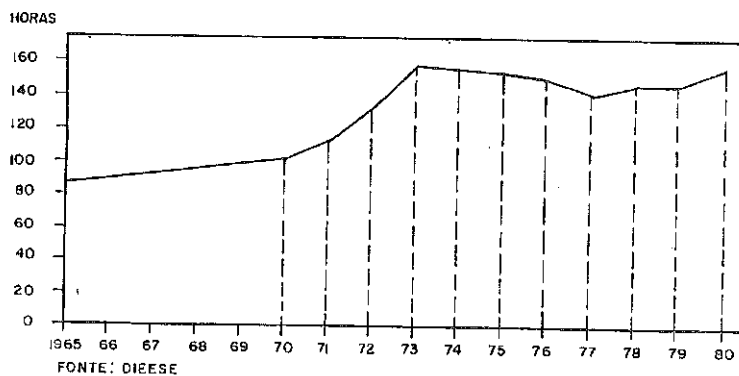
Mas todo esse aumento na produção e conseqüentemente nas exportações e na distribuição concentrada da renda, que o Brasil conheceu no pós 1964, só foi possível devido ao processo de arrocho salarial a que foi submetido os trabalhadores brasileiros conforme pode-se observar pelo gráfico 20.



Os anos que sucedem 1964 legaram aos trabalhadores brasileiros um processo de empobrecimento e super-exploração sem precedentes. Esse processo apresentou duas faces, uma a do aumento da produtividade, permitindo uma apropriação ampliada da mais valia global e outra da diminuição dos agnhos em salários, chegando a ponto de se aumentar em 50% o número de horas de trabalho necessárias para se conseguir adquirir a ração essencial mínima, conforme demonstra o gráfico 21.

GRÁFICO 21

EVOLUÇÃO DAS HORAS DE TRABALHO NECESSÁRIAS PARA A AQUISIÇÃO DA RAÇÃO ESSENCIAL MÍNIMA (BASE: SALÁRIO MÍNIMO EM SÃO PAULO - BRASIL)



É óbvio que esse processo foi possível em função do processo repressivo desencadeado pelo Estado contra as massas assalariadas castrando seus órgãos de luta e sua liderança, substituindo-os por "pelegos" a serviço das multinacionais e da burocracia de Estado.

Porém todo esse processo certamente terá seu limite no próprio avançar das lutas dos trabalhadores, enquanto isso hoje a situação do Brasil no contexto mundial é de um verdadeiro "paraíso do imperialismo" conforme bem o demonstrou objetivamente PETRAS (1979) em seu estudo sobre a América Latina apresentado na Universidade do Estado de New York em Binghamton, e como já o havia feito FURTADO (1973) e ROMANOVA (1968).

Aqui na América Latina se somam arrocho salarial, todas as facilidades ao capital estrangeiro, perspectivas de lucros fabulosos, com regimes repressivos e antinacionais, tornando-se um verdadeiro "Eldorado" para os investidores norte-americanos principalmente.

Aqui se realiza hoje a velha nova frase dos americanos do norte "A América para os americanos" do norte, obviamente.

Tudo isso tem sido possível pela participação decisiva de segmentos de classes e boa parte das classes dominantes no Brasil que tem participado das migalhas que sobram da acumulação em escala mundial, e do papel da tecnoburocracia que está no poder do Estado (repressivo) vigente. Entretanto, o limite de tal situação será dado pela crescente luta dos trabalhadores que alijados da participação ainda que corporativa do poder, não tem hoje outra bandeira que não seja a da luta contra o sistema existente e sua substituição por uma nova ordem, no mínimo mais justa, que vá ao encontro de seus anseios. E esse processo todo certamente passa pelo socialismo.

1.6 — BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS

AMIN, S., PALLOIX, C., BETTELHEIM, C., EMMANUEL, A.

1972—"Imperialismo y Comercio Internacional" (El intercambio desigual) in "Cuadernos de Pasado Y Presente nº 24 — Ediciones Pasado y Presente — Cordoba — 2ª edición.

AMIN, S.

1976 "O Desenvolvimento desigual" (Ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico) — Ed. Forense Universitária — Rio de Janeiro — 1ª edição.

- AMIN, S. (coordenação)
1977 "A Crise do Imperialismo" Ed. Graal — Rio de Janeiro — 1ª edição.
- BANDEIRA, M.,
1975 "Cartéis e Desnacionalização" (a experiência brasileira: 1964/1974)
Ed. Civilização Brasileira — Rio de Janeiro — 2ª edição.
- BARAN, P. A., SWEEZY, P. M.,
1974 "Capitalismo Monopolista" Zahar Editores — Rio de Janeiro —
2ª edição.
- BAZELON, D. T.,
1968 "Os Artíficos do Capitalismo" Ed. Civilização Brasileira Rio de
Janeiro — 1ª edição.
- BETTELHEIM, C.,
1972 "Discusion con A. Emmanuel" in "El intercambio desigual" —
Siglo Vientiuno Editores S/A — Mexico — 1ª edicion.
- EMMANUEL, A.,
1972 "El Intercambio desigual" Siglo Vientiuno Editores S/A — México
— 1ª edicion.
- FOLKE, S.,
1978 "Primeiras reflexões sobre a Geografia do Imperialismo" in Seleção
de Textos nº 5 — AGB-SP — São Paulo — tradução de Antipode
vol. 1, nº 3 — 1973.
- FRANK, A. G.,
1973 "Capitalismo y Subdesarrollo en América Latina" Siglo Vientiuno
Editores — Buenos Aires — 2ª edicion.
- FURTADO, C.,
1973 "A Hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da Amé-
rica Latina" Ed. "Civilização Brasileira" Rio de Janeiro — 1ª edição.
- FURTADO, C.,
1974 "Formação Econômica do Brasil" Cia Editora Nacional — São Paulo
— 12ª edição.
- GALEANO, E.,
1977 "As veias abertas da América Latina" Paz e Terra — Rio de Ja-
neiro — 1ª edição.
- GRUPPI, L.,
1978 "O conceito de Hegemonia em Gramsci" Ed. Graal — Rio de
Janeiro — 1ª edição.

LENIN, V. I.,

- 1973 "El imperialismo, etapa superior del capitalismo" in *Obra Escogidas* vol. III — Ed. Cartago Buenos Aires — 2ª edición.

MARINI, R. M.,

- 1969 "Subdesarrollo y Revolución" México — 1ª edición.

MARINI, R. M.,

- 1977 "Dialéctica de la dependencia" Ediciones ERA S/A — Mexico — 3ª edición.

MASSIAH, G.,

- 1977 "Divisão Internacional e Alianças de classes" in "A Crise do Imperialismo" Ed. Graal — Rio de Janeiro — 1ª edição.

MIROW, K. R.,

- 1978 "A ditadura dos Cartéis" (Anatomia de um subdesenvolvimento). Ed. Civilização Brasileira — Rio de Janeiro — 4ª edição.

OLIVEIRA, F.,

- 1976 "A Economia Brasileira: crítica à razão dualista" Ed. Brasiliense/CEBRAP — São Paulo — 2ª edição.

OLIVEIRA, F.,

- 1976 "O Banquete e o Sonho" (Ensaio sobre Economia Brasileira) in *Cadernos de Debate* nº3 — Ed. Brasiliense — São Paulo — 1ª edição.

OLIVEIRA, F.,

- 1977a "Elegia para uma Re(li)gião" Paz e Terra — Rio de Janeiro — 1ª edição.

OLIVEIRA, F.,

- 1977b "A Economia da Dependência Imperfeita" Ed. Graal — Rio de Janeiro — 1ª edição.

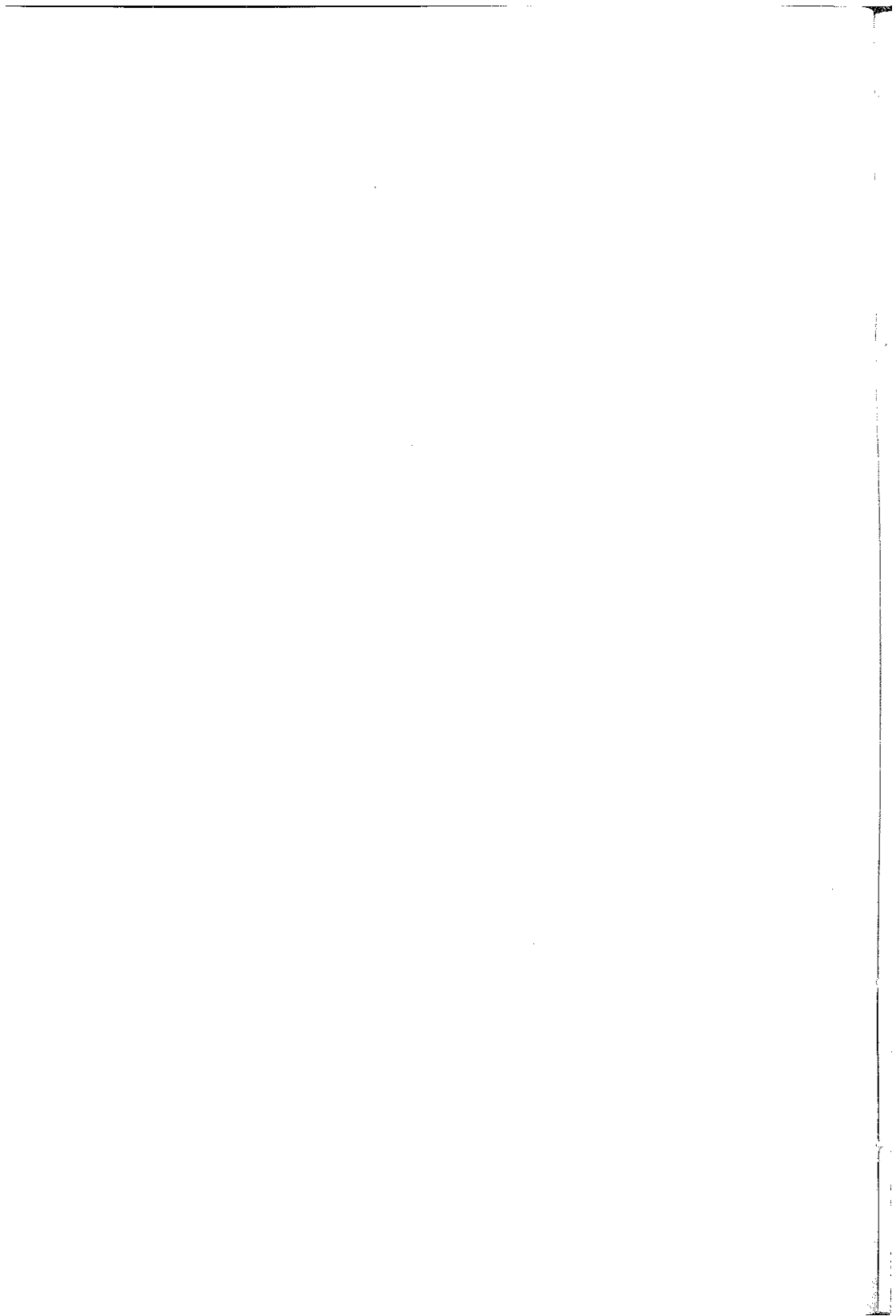
PANZIERI R., DE PALMA A., SALVATI M., BECCALI B., LETTIERI A. e GORZ, A.,

- 1974 "La division Capitalista del Trabajo" in *Cuaderno Pasado y Presente* nº 32 — Ed. Pasado y Presente — Córdoba — 2ª edición.

PEREIRA, O. D.,

- 1974 "Multinacionais no Brasil" (aspectos sociais e políticos) Ed. Civilização Brasileira — Rio de Janeiro — 1ª edição.

- PETRAS, J. F.,
1979 "O Paraíso do Imperialismo" in O Movimento nº 215 13 a 19/8/79
— Edição S/A — São Paulo.
- PINTO FERREIRA,
1965 "Capitais Estrangeiros e Dívida Externa do Brasil" Ed. Brasiliense
— São Paulo — 1ª edição.
- PRADO, JR. C.,
1973 "História Econômica do Brasil" Ed. Brasiliense — São Paulo — 16ª
edição.
- PRADO, Jr. C.,
1966 "A Revolução Brasileira" Ed. Brasiliense — São Paulo — 1ª Edição.
- SANTI, P., VALIER, J., BANFI, R., ALAVI, H.,
1973 "Teoria Marxista del Imperialismo" in Cuadernos Pasado y Presente
nº 10 — Ed. Pasado y Presente Cordoba — 3ª edición.
- SANTOS, M.,
1979 "Espaço e Sociedade" (Ensaio) Ed. Vozes — Petrópolis — 1ª
edição.
- SINGER, P. I.,
1972 "O "Milagre Brasileiro": causas e conseqüências" in Cadernos
CEBRAP — nº 6 — CEBRAP — São Paulo 1ª Edição.
- ROMANOVA, Z.,
1968 "A Expansão Econômica dos Estados Unidos na América Latina" —
Ed. Civilização Brasileira — Rio de Janeiro — 1ª edição.
- ROSA LUXEMBURG.,
1976 "A Acumulação do Capital" Zahar Editores — Rio de Janeiro —
2ª edição.
- SERRA, J.,
1972 "El "Milagro económico Brasileño: Realidad o mito?" Ed. Quiman-
tu — Santiago de Chile — 1ª Edición.
- SODRÉ, N. W.,
1973 "Formação Econômica do Brasil" Ed. Brasiliense — São Paulo —
8ª edição.
- TAVARES, M. C.,
1972 "Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro (ensaio sobre a economia brasileira) Zahar Editores — Rio de Janeiro — 1ª edição.



RESUMO

No artigo, o autor ao realizar o estudo do Imperialismo (mais precisamente a etapa monopolista do modo capitalista de produção), procura correlacionar os mecanismos da economia brasileira do pós-guerra, com a dinâmica internacional da economia capitalista.

Analisa as etapas da internacionalização do capital no mundo e sua subsequente "nacionalização" i. e. o atrelamento dos "estados nacionais" (países dependentes) aos interesses do capitalismo internacional.

No caso específico do Brasil, este processo é explicativo pelo estudo da evolução e composição da dívida externa brasileira, desde os fins do século XIX, assim como do comércio exterior brasileiro, concentrando-se a análise no período pós 64.

Refere-se ainda aos desequilíbrios internos da economia e sociedade brasileira no período em questão, e o ônus que certo setores (trabalhadores) vem sofrendo, suas opções e alternativas críticas válidas ao que se convencionou chamar de "modelo brasileiro."

No estudo da dominação econômica resultante do processo de internacionalização da economia brasileira, sugere o artigo, como a reestruturação do bloco dominante segue pari passo o mesmo processo, ao criar condições políticas (repressão, achatamento salarial etc.), para sua efetivação.

Segue o trabalho com considerações sobre a posição do Brasil no contexto de uma Geografia da dominação monopolista. Reflete sobre os limites do sistema, advindos precisamente da luta de setores que tiveram até o presente sua participação bloqueada e do clamor por uma ordem. Processo e luta estes que, segundo o autor, certamente passam pelo socialismo.

RÉSUMÉ

Dans l'article, l'auteur dans la réalisation de l'étude sur l'imperialisme (plus précisément l'étape monopoliste du mode capitalisme de production), recherche et corrélatione les mécanismes de l'économie brésilienne d'après guerre, avec la dynamique international de l'économie capitaliste.

Analyse les étapes de la internationalization du capital dans le monde et sa conséquent "nationalization" i. e. l'attachement des "états nationaux" (les pays dépendents) aux intérêts du capitalism international.

Dans le cas du Brésil, cet procès est explicité par l'étude de la évolution et composition de la dette externe brésilienne, dès les finales du XIXème

siècle, ainsi comme du commerce extérieur brésilienne, faisant la force de l'analyse sur l'après 64.

On fait référence encore aux déséquilibres internes de l'économie et société brésiliennes dans la période en question, et la charge que certains secteurs (ouvriers), viennent de souffrir, ses options et alternatives critiques valables en substitution au qui s'appelle "modèle brésilien".

Dans l'étude de la domination économique, résultante du procès de l'internationalization de l'économie brésilienne, l'article fait la suggestion de comme la restructuration du bloque dominante suivie pari passu le même procès, au créer les conditions politiques (répression, abaissement des salaires etc.) par sa éfetivisation.

Le travail suivi encore avec considérations sur la position du Brésil dans le contexte d'une géographie de la domination monopoliste. Réfléchit sur les limites du système, précisément de la lutte des secteurs qui avaient jusqu'au présent sa participation bloquée, et le clameur pour un ordre nouveau. Procès et luttes que passent nécessairement par le socialisme.

ABSTRACT

In this paper, the author makes the study of Imperialism (more precisely, the monopolistic stage of capitalist mode of production) Correlate the post war Brazilian economy mechanism, with the international dynamics of capitalist economy.

Analyse the stages of capital internationalization over the world and its subsequent "nationalization", e. g., the embodiment of "national states" (dependent countries) into the interests of international capitalism.

In the Brazil specific case, this process is explained by the study of the evolution and composition of Brazilian external commerce and debts, from the ending of XIX century reinforcing the analysis on post 1964 period.

Reports yet to the internal unbalances of society and Brazilian economy in this period, and the onus that certain sectors being suffering (workers) their options and valuable alternatives to that convey to name "Brazilian model".

In the study of economic domination that results from the process of Brazilian economy internationalization, the paper suggests that the restructuration of dominant block follows pari passu the same process. Create the political conditions (repression, the salary lowering, etc.) to its effectiveness.

The paper make consideration about the Brazil's position in the context of a Geography of a monopolistic domination. Reports about the system limits, precisely coming from the fight of the sectors that has until today their participation blockading, and the claims for new order. Process an fight that certainly pass by socialism.

